



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**RDC ELETRÔNICO Nº XX/2021**

**ANEXO III - TERMOS DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS DEFINIDOS NO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA DO RAMAL DO APODI – TRECHO IV DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF**

**1. OBJETO**

O Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR vem promover a Licitação que tem por objeto a Contratação dos Serviços de Execução e Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental – PBA do Ramal do Apodi – Trecho IV, obra associada ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos, abrangendo os seguintes serviços:

- a. elaboração do plano de trabalho;
- b. execução e/ou acompanhamento das medidas, planos e Programas Ambientais (para aqueles programas que são executados diretamente pelas construtoras ou outros parceiros do MDR, as atividades a serem executadas pela Contratada deverão ser de acompanhamento e para os demais programas a Contratada deve realizar a execução);
- c. prestação do assessoramento ao MDR e suas Contratadas, em relação à execução das atividades dos Programas Ambientais;
- d. apoio e assessoramento ao MDR nas tratativas e articulações com o Órgão Ambiental e Instituições Parceiras;
- e. apoio ao MDR e fornecimento de estrutura física e logística para a realização de eventos, como oficinas, seminários, workshops, capacitações, consultas públicas, dentre

- outros, relacionados ao Licenciamento Ambiental e às atividades previstas nos Programas Ambientais no Ramal do Apodi;
- f. fornecimento de informações complementares, atendendo às solicitações e observações da equipe de trabalho do MDR;
  - g. elaboração de relatórios mensais, semestrais e/ou anual, finais e eventuais de acompanhamento com análise e críticas dos trabalhos em todas as atividades, de acordo com o padrão exigido pelo MDR e pelo Órgão Licenciador (nos relatórios semestrais e/ou anual de execução a serem apresentados ao Órgão Licenciador, a Contratada deverá incluir as informações referentes aos programas sob sua execução e acompanhamento que compõem o PBA);
  - h. produção de documentos relacionados à execução das atividades, tais como, cartas, pareceres técnicos, atas de reunião, planilhas de controle, fichas de acompanhamento ambiental, dentre outros que se fizerem necessários;
  - i. prestação do apoio logístico ao MDR, colocando veículos, motoristas e disposição da Fiscalização;
  - j. manutenção e alimentação de sistema informatizado de gestão de documentos;
  - k. emissão de análises técnicas relativas às atividades desempenhadas pelos parceiros do MDR e outras Contratadas no âmbito do Licenciamento do Ramal do Apodi.

O objeto da licitação tem a natureza de serviço não comum de engenharia.

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo ao Edital.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

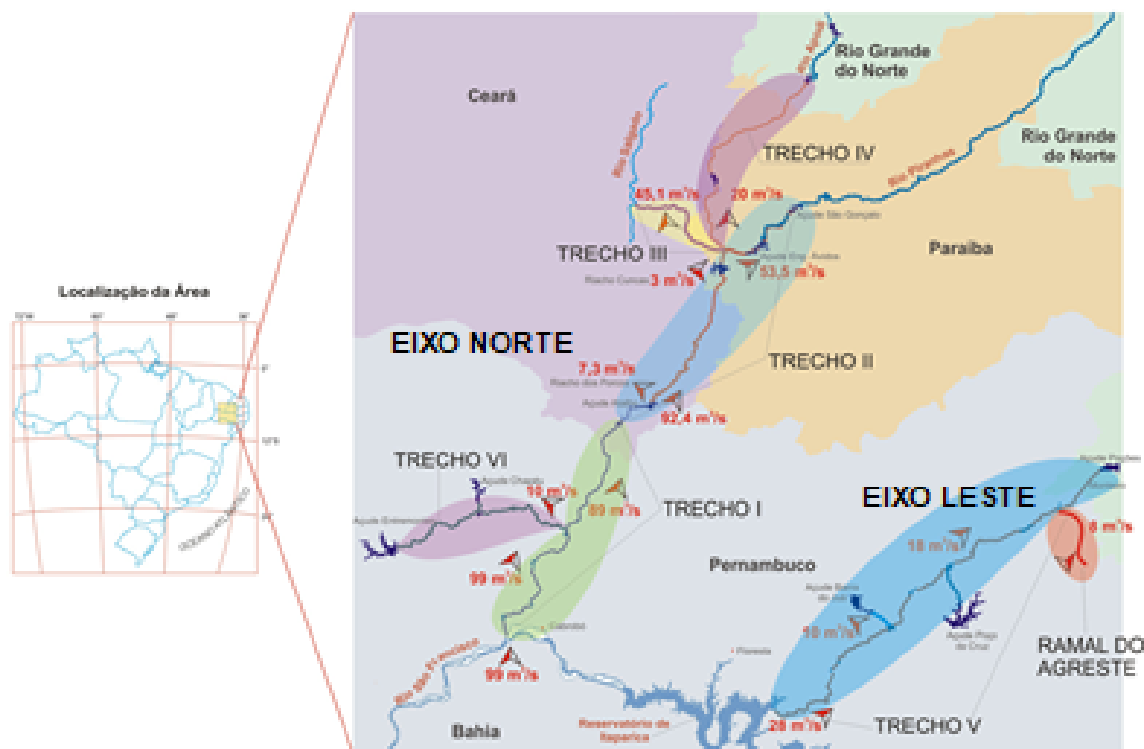
O Contrato terá a vigência contratual determinada considerando o prazo de execução das obras do Ramal do Apodi acrescido de três meses. Adota-se portanto o prazo de 45 (quarenta e cinco) meses, podendo ser prorrogável nos termos do art 57 da Lei de Licitações.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, foi concebido como um sistema de engenharia de segurança hídrica, estruturado por dois canais independentes de obras hidráulicas, denominados de Eixo Leste e Eixo Norte, que transportam as águas do Rio São Francisco para alimentar um conjunto de reservatórios na região do Nordeste Setentrional, abrangendo os territórios dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Possui 477 km de extensão, divididos nos seus Eixos Norte (260 km) e Leste (217), 9 Estações de Bombeamento (EB), 9 Subestações de 69 kV a 230 kV e 270 km de Linhas de Transmissão, 29 Reservatórios, além de 13 Aquedutos, 4 Túneis, Estradas de Serviço, dentre outras estruturas diversas.

Estes dois sistemas, Eixos Norte e Leste, por ocasião da elaboração do estudo de viabilidade, foram subdivididos em 7 Trechos, sendo o Eixo Norte composto pelos Trechos I, II, III, IV e VI, e o Eixo Leste pelos Trechos V e VII, captando as águas do Rio São Francisco entre as Barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco.

Desta forma, o Empreendimento do PISF, é composto por um sistema canais e reservatórios estratégicos, assentados em uma região estatisticamente mais propensos a sofrer os efeitos de secas e estiagens prolongadas, conhecida como Nordeste Setentrional, abrangendo parcialmente os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. As obras hidráulicas implementadas pelo PISF buscam perenizar os rios intermitentes por ele beneficiados, interligando-os indiretamente com o Rio São Francisco, e viabilizando o suprimento de água para fins de usos múltiplos numa região, que de acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (junho/2005), se constitui por cerca de 12 milhões de habitantes assentados em 390 municípios da região.



**MAPA INDICATIVO DOS EIXOS NORTE E LESTE**

O Ramal do Apodi (Trecho IV do PISF), segundo os estudos básicos (Estudo de Viabilidade) do PISF tem um atendimento potencial de 539.193 habitantes. Possui uma extensão de 112 km, inicia no Reservatório de Caixaras (Trecho II do PISF), localizado no município de São José das Piranhas, Estado da Paraíba, coordenadas 9.222.809 N, 543.806 E, transporta uma vazão máxima de 40,0 m<sup>3</sup>/s até o seu km 30,2, onde deverá haver uma derivação de até 20 m<sup>3</sup>/s para o Trecho III (Ramal do Salgado). A partir deste ponto o Ramal do Apodi segue transportando uma vazão máxima de 20 m<sup>3</sup>/s até o deságue na Bacia Hidrográfica do Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no Açude Público de Angicos, localizado no município de José da Penha, coordenadas 9.296.081 N, 581.170 E.

Ao longo do seu desenvolvimento, o Ramal intercepta o território de 13 municípios, sendo, no Estado da Paraíba os municípios de Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, Santa Helena, Triunfo, Poço de José de Moura e Uiraúna, no estado do Ceará os municípios de Ipaumirim, Baixio e Umari e, no Estado do Rio Grande do Norte os municípios de Luís Gomes, Major Sales e José da Penha.



MAPA ESQUEMÁTICO DO TRECHO IV

O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) do PISF apresentou um diagnóstico ambiental do Empreendimento e sugeriu uma série de medidas, planos e programas, mitigadoras e compensatórias, para os impactos ambientais quantificados e qualificados na fase de licenciamento prévio do Empreendimento pelo IBAMA (processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.003718/94-54).

Os Trechos III, IV e VI, denominados de Ramais do Salgado, Apodi e Entremontes, respectivamente, encontram-se contemplados na Licença Prévia (LP) nº 200/2005 emitida pelo IBAMA em 29 de abril de 2005, prorrogada em 05 de dezembro de 2010 até a data de 12 de julho de 2011.

O Projeto Básico Ambiental – PBA do Ramal do Apodi constitui-se no detalhamento dos Programas Ambientais concebidos no âmbito EIA/RIMA do Ramal do Apodi (FUNCATE, CRA e ENGECORPS, 2007), com vistas à Licença de Instalação – LI.

Em 10 de junho de 2011, por meio do ofício nº 122/SIH/MI, o então Ministério da Integração Nacional solicitou a Licença de Instalação (LI) para os Trechos III, IV e VI do PISF. Em atendimento a análises técnicas realizadas pelo IBAMA, em 12 de dezembro de 2014, o Ministério encaminhou ao IBAMA versões revisadas de 24 Programas Ambientais referentes aos Trechos III, IV e VI.

Visando a obtenção da Licença de Instalação, especificamente, para o Trecho IV – Ramal do Apodi o Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR realizou as necessárias adequações nos Programas Ambientais anteriormente analisados.

No âmbito do PISF, as ações previstas nos Programas Ambientais têm sido realizadas por Parceiros, pelas Construtoras e por Empresas Contratadas especificamente para esta finalidade.

Para os Eixos Norte e Leste, bem como para o Ramal do Agreste, as ações de resgate e monitoramento da fauna e da flora, monitoramento de qualidade da água, monitoramento de vetores hospedeiros, recuperação de áreas degradadas tem sido realizadas em parcerias com universidades da região (UNIVASF e UFPE). A prospecção e salvamento de bens arqueológicos são realizados mediante parceria com o CNPQ/FUMDHAM/INAPAS. Ações ligadas diretamente às obras, como por exemplo, o plano ambiental de construção, treinamento dos técnicos das obras em questões ambientais, supressão da vegetação, dentre outras, são executadas diretamente pelas Construtoras. Já programas como o de compensação ambiental e indenização de terras e benfeitorias, são executados diretamente pelo MDR. E por fim, programas como o de comunicação social, educação ambiental, plano de uso e conservação do

entorno dos reservatórios, ações ligadas ao reassentamento de famílias atingidas, dentre outros, são executadas por Empresas Contratadas especificamente para esta finalidade.

O acompanhamento/supervisão das atividades que são executadas pelas Construtoras ou Parceiros, e ainda, tarefas de assessoramento técnico, são realizados por Empresa Contratada.

Seguindo esta modelagem de execução dos Programas Ambientais, já em curso no âmbito do PISF, decidiu-se pela Contratação de Empresa Especializada para Execução e/ou Acompanhamento das Medidas, Planos e Programas Ambientais necessários para obtenção e manutenção de Licenças e Autorizações no âmbito do processo de licenciamento ambiental exigidos para o início das obras do Ramal do Apodi.

Destaca-se que a execução dos Programas Ambientais, bem como o seu acompanhamento e supervisão, são serviços essenciais para a manutenção da regularidade da Licença de Instalação do Empreendimento.

A LI do Ramal do Apodi autorizará o início das obras, de acordo com as especificações constantes nos Planos, Programas e Projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes definidas pelo Órgão Licenciador.

A justificativa para escolha do regime de execução, os critérios de sustentabilidade e os quantitativos encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares e demais anexos do Edital. As especificações técnicas encontram-se neste Termo de Referência.

### 3. PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA DO RAMAL DO APODI

As Medidas, Planos e Programas Ambientais que constituem o Projeto Básico Ambiental – PBA do Ramal do Apodi que consubstanciou a Licença de Instalação para a Implantação do Ramal do Apodi, inclusive as suas condicionantes, e que serão objeto de execução e/ou acompanhamento no âmbito desta contratação, são listados a seguir:

- PBA 01 – Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras
- PBA 02 – Plano Ambiental de Construção (PAC)
- PBA 03 – Programa de Comunicação Social
- PBA 04 – Programa de Educação Ambiental
- PBA 05 – Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Socioambientais, Saúde e Segurança
- PBA 06 – Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos
- PBA 07 – Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias nas Faixas de Domínio
- PBA 08 – Programa de Reassentamento das Populações
- PBA 09 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD
- PBA 10 – Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios
- PBA 11 – Programa de Apoio Técnico as Prefeituras
- PBA 12 – Programa de Situação dos Processos Minerários
- PBA 13 – Programa de Compensação Ambiental
- PBA 14 – Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios (PACUERA)
- PBA 15 – Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais
- PBA 16 – Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação do Longo dos Canais para Comunidades Agrícolas
- PBA 17 – Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos
- PBA 18 – Programa de Monitoramento de Fontes Hídricas Subterrâneas
- PBA 19 – Programa de Regularização Fundiária nas Áreas da Faixa de Domínio do Ramal do Apodi – Trecho IV do PISF
- PBA 20 – Programa de Monitoramento de Hospedeiros e Doenças

- PBA 21 – Programa de Saúde Pública
- PBA 22 – Programa de Relocação das Infraestruturas A Serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento
- PBA 23 – Programa de Conservação da Fauna e da Flora
- PBA 24 – Programa de Prevenção a Desertificação
- PBA 25 – Programa de Monitoramento do Sistema Adutor

Na sequência, descreve-se sinteticamente cada um destes PBA, documentos estes que constam em detalhe no Apêndice 1 deste Termo de Referência:

#### **PBA 01 – Programa de Gestão, Controle Ambiental e Social**

O Programa de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras visa à manutenção e melhoria contínua da qualidade ambiental dos locais e de vida das pessoas diretamente afetadas pelos Empreendimentos. Além disso, destaca-se a interdependência de instituições públicas e privadas com a sociedade civil organizada, considerando os diferentes interesses, exigindo com isso uma integração cultural e tecnológica entre os diferentes atores envolvidos.

#### **PBA 02 – Plano Ambiental de Construção (PAC)**

O Plano Ambiental de Construção do PISF visa atender aos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecendo princípios que deverão ser seguidos pelas empresas de construção e montagem, obrigando-as à aplicação de métodos que interfiram o menos possível com o meio ambiente, e que proporcionem a melhoria da qualidade de vida de seus empregados e das comunidades envolvidas.

O objetivo principal do Plano Ambiental da Construção é estabelecer critérios e requisitos, na forma de diretrizes, destinados a nortear as ações técnicas da empresa responsável pela execução da obra, em relação às questões ambientais, ao longo de toda a implantação da obra.

Neste contexto, o PAC apresenta diretrizes ambientais básicas a serem seguidas pela empresa de construção e montagem que será responsável pela implantação do Trecho IV – Ramal do Apodi, bem como pelas ações que deverão ser seguidas pelas equipe de supervisão das obras e de gestão e controle ambiental, no acompanhamento e controle da implementação dessas diretrizes, mediante relatórios periódicos.

As Construtoras deverão elaborar o detalhamento dos procedimentos construtivos das obras, levando em consideração as diretrizes ambientais contidas no PAC e nos demais Programas, submetendo-as ao MDR, por meio de seus contratados, para a devida aprovação.

#### **PBA 03 – Programa de Comunicação Social**

O Programa de Comunicação Social visa manter a população informada sobre os principais eventos previstos no Empreendimento e com isso atender às expectativas e demandas decorrentes das mudanças provocadas pelo Empreendimento. A comunicação social deve ser utilizada para a constituição de um relacionamento construtivo do Empreendedor com os diferentes setores sociais. Para tal deve se garantir o acesso às informações relacionadas ao Empreendimento e às atividades necessárias à sua implantação, com uso de linguagem e instrumentos de comunicação apropriados a cada público a que se destinam, a saber:

- opinião pública em geral;
- mídia local e regional;
- órgãos governamentais – prefeituras municipais da área diretamente afetada;
- sindicatos, associações, entidades ambientalistas e organizações da sociedade civil;
- população da área diretamente afetada e das áreas de influência direta e indireta e, em especial, as famílias a serem remanejados, os proprietários de terras e benfeitorias envolvidos nos processos de indenização, e as comunidades situadas na faixa de 500 m ao longo do traçado;
- público interno;
- técnicos e trabalhadores das obras.

O Programa de Comunicação Social tem por objetivo adicional difundir e monitorar as informações sobre o Empreendimento, com transparência, constância e compromisso, eliminando informações contraditórias e eventuais distorções de notícias que possam gerar expectativas entre os diversos segmentos públicos envolvidos. Objetiva ainda, informar e orientar a todos os envolvidos com o Empreendimento sobre as diferentes etapas de implantação do Projeto e seus impactos sociais, prestando à coletividade um serviço essencial, sem jamais perder de vista o respeito, a atenção e o direito à informação que deve ser garantido a todo cidadão.

#### **PBA 04 – Programa de Educação Ambiental**

O Programa de Educação Ambiental se constituirá em instrumento para auxiliar a gestão ambiental do Empreendimento, a partir da mobilização para a efetiva participação das comunidades envolvidas na elaboração e implementação das diferentes ações destinadas a minimizar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos da implantação do Ramal do Apodi.

Considerando este papel estratégico da Educação Ambiental, será necessário um conjunto de ferramentas articuladas para dinamizar e controlar os fatores de êxito ou obstáculos do Programa, estruturando-se a partir de três pilares:

- conhecimento socioambiental do território priorizado pelo Programa, no que se refere às especificidades locais relacionadas às ações de intervenção que outros programas deverão desencadear; esta é uma primeira abordagem diagnóstica, cujo acompanhamento dos efeitos das ações pode ser realizado por mapeamentos territoriais e situações socioambientais (mapeamentos técnicos);
- ações de educação ambiental dirigidas a grupos e atores sociais específicos e definidos;
- articulação focada, principalmente, em três Programas Ambientais de mitigação de impactos e otimização dos benefícios do PISF.

O objetivo principal do Programa de Educação Ambiental é o desenvolvimento de ações educativas, a serem formuladas e desenvolvidas por meio de um processo participativo, visando capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados diretamente pelo Empreendimento, para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

#### **PBA 05 – Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Socioambientais, Saúde e Segurança**

O Programa de Treinamento e Capacitação dos Técnicos da Obra em Questões Ambientais faz parte dos princípios estabelecidos na Gestão e Supervisão Ambiental nas obras do PISF. É uma ferramenta fundamental no processo de sensibilização e conscientização dos trabalhadores com relação à correta implantação de procedimentos que propiciem a preservação ambiental; aos cuidados a segurança e saúde; a uma maior atenção e respeito às populações locais afetadas diretamente pelas obras, incluindo seus hábitos, costumes e patrimônio cultural.

Tem como objetivo capacitar técnicos e trabalhadores das obras, a partir de ações educativas durante o período de implantação do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para que possam agir de forma ambientalmente correta e socialmente aceitável, bem como a adoção de práticas voltadas à saúde e segurança.

O Programa de Treinamento e Capacitação dos Técnicos da Obra em Questões Ambientais deverá ser executado pelas Construtoras.

#### **PBA 06 – Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos**

O Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos

propõe a pesquisa sobre o Patrimônio Cultural da área Projeto de Integração do São Francisco, buscando localizar e diagnosticar os elementos culturais de interesse, propondo ao final as medidas necessárias para sua preservação, em conformidade com as normas estabelecidas pelo IPHAN, segundo suas portarias 007/88 e 230/02, assim como pelo Decreto 3.551/00 e a Lei Federal 3.924/61.

O objetivo principal do Programa é a conservação do patrimônio cultural arqueológico encontrado na área afetada pelas obras do trecho IV do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

**PBA 07 – Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias**

Este tem como principal objetivo acompanhar o processo indenizatório, de modo a garantir o sucesso de sua implantação, com o justo atendimento dos direitos da população diretamente afetada.

**PBA 08 – Programa de Reassentamento**

O Programa de Reassentamento de Populações contempla as medidas e ações que deverão ser desenvolvidas junto às famílias proprietárias e não proprietárias residentes nas áreas afetadas pelas obras de implantação do PISF para a sua relocação e reassentamento, em Vilas Produtivas Rurais – VPR, garantindo suas inter-relações sociais e econômicas em condições melhores, ou no mínimo, similares às que viviam anteriormente ao Empreendimento.

**PBA 09 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)**

A recomposição e recuperação de áreas degradadas por processos construtivos do Ramal do Apodi são obrigatórias e necessárias. Sua principal finalidade é evitar o agravamento de processos erosivos e o comprometimento dos canais de água, assim como possibilitar a retomada do uso original ou alternativo das áreas onde haverá intervenção construtiva.

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas ora proposto prevê a implementação de técnicas de nucleação como metodologia exclusiva e complementar à semeadura direta para a recuperação ambiental das áreas a serem alteradas pelas obras de instalação das estruturas do Ramal do Apodi.

Este Programa tem por objetivo principal proceder à recuperação das áreas degradadas em decorrência das obras de implantação do Projeto, por meio da recomposição da paisagem original tanto quanto possível, considerando as características do Bioma Caatinga.

**PBA 10 – Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios**

O principal objetivo deste Programa é garantir que a supressão de vegetação e demais atividades de limpeza das áreas de instalação do Ramal do Apodi ocorram de acordo com critérios técnicos e normas legais pertinentes, de modo a minimizar e compensar os impactos sobre a vegetação e o uso do solo e evitar a deterioração da qualidade das águas nos reservatórios e nos canais e demais estruturas de condução das águas.

**PBA 11 – Programa de Apoio Técnico às Prefeituras**

A implementação deste Programa decorre da intenção de compensar, por um lado, os impactos (ainda que difusos) causados pelo Empreendimento sobre a estrutura dos municípios diretamente envolvidos e, conseqüentemente, sobre sua respectiva população e, por outro, promover a inserção regional harmônica da ação pública.

O objetivo geral do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras para elaboração dos seus Planos Diretores é possibilitar a criação de ações estratégicas que deverão ser implementadas pelo Poder Público visando o reforço da infraestrutura, serviços e dos instrumentos de gestão administrativa nas municipalidades consideradas, de modo a equipá-las para responder às possíveis demandas que advirão com a implantação do Empreendimento, garantindo-se que as mesmas não afetem prejudicialmente a estabilidade dos centros urbanos envolvidos, assim como o bom desenvolvimento das atividades concernentes às obras.

**PBA 12 – Programa de Situação dos Processos Minerários**

Este Programa tem por objetivo geral contribuir com a liberação da faixa correspondente à Área Diretamente Afetada (ADA), solucionando as possíveis interferências resultantes da construção e operação do Empreendimento sobre as áreas de interesse extrativo mineral, as áreas de exploração



mineral requeridas e sobre as que estiverem em diferentes estágios de licenciamento. Tais impactos estão ligados a eventuais restrições ou impedimentos operacionais que dificultem ou impeçam o prosseguimento da atividade exploratória, ou provoquem limitações na definição do real potencial mineral da área requerida.

No caso específico do Trecho IV do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, este Programa terá por objetivo dar continuidade às recomendações constantes no EIA/RIMA. Nesse trecho foi identificado, junto ao SIGMINE, banco de dados de processos minerários do DNPM, a existência de 57 áreas com processos de titularidade mineração interferentes com sua ADA.

#### **PBA 13 – Programa de Compensação Ambiental**

O Programa de Compensação Ambiental é um importante instrumento de gestão dos impactos ambientais de grandes empreendimentos, pois, além de atender à legislação ambiental vigente, viabiliza recursos financeiros para as Unidades de Conservação de Proteção Integral, e em alguns casos, para os outros tipos de unidade.

Este Programa tem por objetivo acompanhar a implementação de medidas compensatórias por perdas ambientais, em conformidade ao que determina Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, a Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018, o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e demais instrumentos legais correlatos, especialmente a conforme Instrução Normativa nº 3, de 2 de fevereiro de 2018 – ICMBio.

#### **PBA 14 – Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios (PACUERA)**

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais que serão formados no Ramal do Apodi visa atender às determinações da legislação atual, incorporando as exigências da Resolução CONAMA nº 302/02, a qual dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP) de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno.

#### **PBA 15 – Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais**

O objetivo do Programa consiste em implantar sistemas de abastecimento de água, visando à melhoria da qualidade de vida das populações, em comunidades situadas nos municípios da Área Diretamente Afetada do PISF, além de reduzir os riscos associados a eventuais tentativas de uso clandestino das águas dos canais e reservatórios.

O Programa prevê a elaboração de projetos básicos e execução de obras de sistema de abastecimento de água para 61 comunidades, bem como a celebração de acordos que permitam a operação e manutenção dos sistemas implantados.

Entretanto, o início da execução deste Programa está condicionado a uma atualização das comunidades a serem contempladas, tanto considerando a dinâmica da mobilidade urbana, quanto a possibilidade de alguma(s) comunidade(s) já terem sido alvo de projeto de implantação de sistemas de abastecimento de água.

#### **PBA 16 – Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação do Longo dos Canais para Comunidades Agrícolas**

Este Programa tem como objetivo geral promover a reinserção socioeconômica das famílias afetadas pelo Empreendimento por meio da implantação de sistemas de irrigação com vistas à diversificação e a elevação da produção agropecuária.

Assim, este Programa visa melhorar as condições socioeconômicas das populações afetadas pelo Empreendimento que serão reassentadas em Vilas Produtivas Rurais, tendo como base a implementação de sistemas de irrigação de pequeno porte, como forma de viabilizar a diversificação e a elevação da produção, bem como a reinserção socioeconômica e social destas famílias.

#### **PBA 17 – Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos**

Este Programa tem por objetivo indicar as medidas de controle a serem aplicadas, no decorrer das atividades de construção, de modo a evitar a ocorrência de processos erosivos, bem como definir os dispositivos e critérios a serem aplicados para monitorar os pontos críticos, garantindo a manutenção das condições adequadas de estabilização dos solos.

Para tal, compreende a recomendação de critérios e dispositivos a serem adotados durante as obras de construção do Canal de Integração para proteger e estabilizar as regiões adjacentes aos canais, as encostas marginais, os leitos naturais dos rios existentes e os acessos às obras, visando manter uma coexistência harmônica com as áreas circunvizinhas cobertas em sua maioria, por vegetação natural de caatinga.

#### **PBA 18 – Programa de Monitoramento de Fontes Hídricas Subterrâneas**

Este Programa tem por objetivo geral realizar o diagnóstico e o monitoramento quali-quantitativo das fontes hídricas subterrâneas situadas em áreas potencialmente vulneráveis a alterações na dinâmica do aquífero (entorno dos reservatórios/açudes e canais naturais) decorrentes da implementação do Trecho IV – Ramal do do Apodi, antes e após o início de operação do projeto.

Neste contexto, o Programa de Monitoramento de Fontes Hídricas Subterrâneas se propõe a diagnosticar e monitorar quali-quantitativamente as fontes de água subterrânea nas áreas adjacentes aos canais naturais (drenagens que deverão ser perenizadas a partir da operação do projeto) e no entorno dos reservatórios que compõem o trecho IV do PISF e açudes receptores das águas transpostas, por se configurarem como áreas potencialmente vulneráveis a alterações na dinâmica do nível freático decorrentes da implantação do Projeto, no intuito de monitorar os impactos nas águas subterrâneas provocados pelo enchimento dos reservatórios e perenização dos canais naturais receptores das águas transpostas.

#### **PBA 19 – Programa de Regularização Fundiária nas Áreas da Faixa de Domínio do Ramal do Apodi – Trecho IV do PISF**

Este Programa tem por objetivo básico promover a regularização fundiária das propriedades situadas na faixa de domínio das obras do Trecho IV do PISF, alvo das atividades de desapropriações necessárias à implantação do Projeto do Ramal do Apodi, essencialmente das propriedades localizadas nos municípios localizados no traçado do Ramal.

Justifica-se o Programa Básico Ambiental em razão das exigências legais mencionadas. Esta medida objetiva assegurar a normalidade das operações de desapropriações das áreas necessárias à implantação do Projeto do Ramal do Apodi na região, considerando, sobretudo, o quadro precário de registro das propriedades, com a existência de diversas situações irregulares do ponto de vista cartorial.

#### **PBA 20 – Programa Monitoramento de Hospedeiros e Doenças**

O Programa visa, a partir das atividades de controle, monitoramento e sensibilização, evitar a proliferação de vetores e hospedeiros que disseminam doenças, além da preservação ambiental local, com a consequente minimização dos impactos ambientais e sociais provenientes da implantação do Ramal.

#### **PBA 21 – Programa de Saúde Pública**

O Programa de Controle da Saúde Pública tem por objetivo geral: contribuir para a melhoria das condições de saúde das populações beneficiadas pelo Ramal do Apodi, minimizando o impacto negativo possível do Projeto sobre as condições de saúde da população vinculada ao Empreendimento e da população residente na sua Área de Influência Direta como um todo.

#### **PBA 22 – Programa de Relocação das Infraestruturas A Serem Afetadas pela implantação do Empreendimento**

Este Programa tem por objetivo geral a relocação das infraestruturas (estradas, rodovias, pontes, travessias, linhas de transmissão (baixa tensão), cabos ópticos, adutoras afetadas pelo Empreendimento.

#### **PBA 23 – Programa de Conservação da Fauna e da Flora**

Este Programa objetiva direcionar as ações para atender as medidas mitigadoras e compensatórias recomendadas no EIA, no âmbito deste Programa.

#### **PBA 24 – Programa de Prevenção à Desertificação**

Este Programa tem como objetivo complementar ações de prevenção à desertificação e difundir informação e conhecimento sobre o tema nas Vilas Produtivas Rurais.

#### **PBA 25 – Programa de Monitoramento do Sistema Adutor e da Bacia Receptora**

O objetivo principal do Programa é propor sistema de monitoramento das estruturas hidráulicas e elétricas responsáveis pela adução e dos corpos e cursos d'água receptores envolvidos na Integração das Águas do São Francisco.

Além disso, visa acompanhar o sistema de monitoramento das estruturas hidráulicas e elétricas responsáveis pela adução e elaborar um sistema de monitoramento de rios e reservatórios da bacia receptora do sistema de Integração das Águas do São Francisco.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução proposta consiste na Contratação de Empresa Especializada para Execução e/ou Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental – PBA do Ramal do Apodi – Trecho IV do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

Para a realização das atividades de execução e acompanhamento de medidas, planos e Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental (PBA) do Ramal do Apodi estima-se a necessidade de mobilização de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais com formação de nível superior nas áreas de Engenharia Ambiental, Agronomia, Assistência Social, Comunicação, Biologia, dentre outras. Também são necessários especialistas em geoprocessamento, profissionais da área de topografia, pessoal de apoio administrativo, secretariado e motoristas.

Além dos profissionais, faz-se necessária a mobilização de veículos adequados ao tráfego com segurança em estradas vicinais e estradas de serviço, manutenção de escritório nas proximidades do Empreendimento, e equipamentos de informática, de comunicação visual e de topografia.

O Empreendimento Ramal do Apodi se insere nas ações do Programa instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, podendo-se, portanto, aplicar para a referida contratação o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, em consonância ao Art 1º, inciso IV, da Lei nº 12.462/11. A Nota Técnica nº 096/2020/CGPA/DPE/SNSH-MDR (SEI 1947554) e Declaração de Escopo (SEI 1998324) propõe para esta contratação a adoção do RDC em sua forma eletrônica.

#### **4.1. Escopo dos Serviços**

Os serviços a serem prestados pela Contratada deverão ser pautados no cumprimento de todo o conjunto de Normas, Incluindo Leis, Decretos, Instruções Normativas, Portarias e Demais Normas Técnicas relacionadas à execução das Ações e Medidas estabelecidas no PBA.

A Área de Abrangência da execução do objeto deste Termo de Referência corresponde aos limites dos municípios que compõem a Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, definidas no EIA/RIMA para o Eixo Norte do PISF, Trecho IV.

A Fiscalização das atividades em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste Termo de Referência.

Caberá à Contratada providenciar as dependências necessárias à instalação de escritório, assim como todo o mobiliário básico, utensílios, materiais e equipamentos de escritório necessários à execução de suas atividades, inclusive veículos para suas equipes.

##### **4.1.1. Funções Gerais**

À Contratada caberá a execução e acompanhamento das Medidas, Planos e Programas Ambientais, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

Quando solicitado, a Contratada prestará assessoramento ao MDR e suas Contratadas, em relação à execução das atividades de responsabilidade do MDR, na forma estabelecida neste Termo de Referência.

Quando determinado pela Fiscalização/Gestão do Contrato, a Contratada fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da Equipe de Trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado.

Deverá ainda elaborar Relatórios Mensais, Finais e Eventuais de Acompanhamento com análise e críticas dos trabalhos em todas as atividades, de acordo com o padrão exigido pelo MDR e constante no item 4.3.

A Contratada deverá se documentar por meio de cartas, pareceres técnicos, atas de reunião, planilhas de controle, ou outros documentos que se fizerem necessários.

#### 4.1.2. Funções Específicas

O quadro a seguir, apresenta as Funções Específicas da Contratada nos Programas Ambientais do PBA.

PROGRAMA AMBIENTAL	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA
1. Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras	Execução / Acompanhamento
2. Plano Ambiental de Construção (PAC)	Acompanhamento
3. Programa de Comunicação Social	Execução
4. Programa de Educação Ambiental	Execução
5. Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Socioambientais, Saúde e Segurança	Acompanhamento
6. Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos	Acompanhamento
7. Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias nas Faixas de Domínio	Acompanhamento
8. Programa de Reassentamento das Populações;	Execução
9. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Execução / Acompanhamento
10. Programa de Supressão de Vegetação das áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios	Execução / Acompanhamento
11. Programa de Apoio Técnico as Prefeituras	Execução
12. Programa de Situação dos Processos Minerários	Execução/ Acompanhamento
13. Programa de Compensação Ambiental	Acompanhamento
14. Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios (PACUERA)	Execução / Acompanhamento
15. Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais	Execução / Acompanhamento
16. Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação do Longo dos Canais para Comunidades Agrícolas	Execução / Acompanhamento
17. Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos	Acompanhamento

<b>PROGRAMA AMBIENTAL</b>	<b>FUNÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA</b>
18. Programa de Monitoramento de Fontes Hídricas Subterrâneas	Execução
19. Programa de Regularização Fundiária nas Áreas da Faixa de Domínio do Ramal do Apodi – Trecho IV do PISF	Acompanhamento
20. Programa Monitoramento de Hospedeiros e Doenças	Execução
21. Programa de Saúde Pública	Acompanhamento
22. Programa de Relocação das Infraestruturas A Serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento	Acompanhamento
23. Programa de Conservação da Fauna e da Flora	Acompanhamento
24. Programa de Prevenção a Desertificação	Acompanhamento
25. Programa de Monitoramento do Sistema Adutor	Acompanhamento

A Execução consiste na consecução de Medida, Plano ou Programa ambiental assumindo a responsabilidade técnica sobre elas, e elaborando os relatórios, mensais e semestrais de execução para o MDR, que o encaminhará ao IBAMA, órgão responsável pelo Licenciamento Ambiental do Empreendimento.

O Acompanhamento consiste na coleta e, quando for o caso, compilação de informações sobre a execução de programas ou ações por Parceiros Intervenientes (instituições ou empresas), não assumindo a responsabilidade técnica sobre a execução ou o resultado das mesmas, porém utilizando as informações para compor os relatórios semestrais de execução para o MDR, que o encaminhará ao IBAMA, órgão responsável pelo Licenciamento Ambiental do Empreendimento.

#### 4.2. **Escopo dos Serviços Por Programa Ambiental**

Na sequência descreve-se individualmente as ações previstas para serem executadas pela Contratada em cada um dos PBA.

##### 4.2.1. **PBA 01 – Programa de Gestão, Controle Ambiental e Social**

O Programa de Gestão, Controle Ambiental e Social – PBA 01 do Ramal do Apodi, tem como objetivo principal dotar o Empreendimento de mecanismos eficientes que garantam a execução de todas as ações planejadas para controlar, minimizar, monitorar e compensar os impactos socioambientais gerados, de forma a manter um elevado padrão de qualidade ambiental na implantação e operação do Empreendimento.

No âmbito deste Programa, a Contratada deverá executar as seguintes ações:

- definição de procedimentos específicos e mecanismos para a coordenação e articulação das ações dos agentes intervenientes;
- desenvolvimento das atividades de acompanhamento, validação técnica e controle dos prazos (em relação ao andamento das obras) dos Planos e Programas Ambientais contemplados no EIA, detalhados e consolidados no PBA;
- implementação e operação do Sistema de Informações Geográficas de Apoio à Gestão Ambiental que tem como função básica informar, por meio de relatórios gerenciais, sobre a evolução dos serviços e das questões ambientais nas frentes de obra e os resultados da implementação dos Programas Ambientais; acompanhar as programações executivas da Supervisão de Obras, exigindo, quando for o caso, a complementação de recursos para o cumprimento adequado dessas programações ou fornecendo apoio técnico, quando necessário, através do grupo de especialistas ambientais;
- gerar os instrumentos técnico-gerenciais e procedimentos que garantam a implementação das ações propostas nos Planos Programas Ambientais constantes

- no PBA, além das ações previstas no PAC;
- realizar o controle ambiental da execução das obras civis, utilizando o Plano Ambiental de Construção – PAC como ferramenta básica, verificando e exigindo, quando for o caso, a mobilização dos recursos necessários e indicados nas programações executivas, definidas pelas empreiteiras;
  - realizar o controle das medidas de educação ambiental a serem seguidas pelas construtoras, bem como no acompanhamento dos Programas Ambientais prioritários para início das obras,
  - acompanhar e controlar os relatórios ambientais das construtoras, avaliando e emitindo pareceres, além de sugerir correções e adequações;
  - apoiar o MDR e suas Contratadas, em relação à interface com os Órgãos Ambientais Federais e Estaduais, quando assim for requerido;
  - apoiar o MDR e suas Contratadas quando da articulação com as entidades e atores diretamente envolvidos nos Planos e Programas Ambientais, como os diversos níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), agentes financiadores, ONG e representantes de comunidades diretamente afetadas pelo Empreendimento;
  - acompanhar, através de auditorias, do controle ambiental da execução das obras civis, a ser feito pela Supervisão de Obras e Ambiental, avaliando o alcance dos padrões de qualidade propostos pelos serviços de construção e de Gestão Ambiental, propondo e formulando medidas recomendáveis, sejam complementares e/ou corretivas, quando devidamente requeridas;
  - divulgar adequadamente o Empreendimento, definindo ações a serem implementadas para essa divulgação junto ao público leigo e técnico;
  - criar mecanismos elucidativos com os Órgãos Governamentais e Sociedade Civil organizada, diretamente afetada pelas obras, garantindo com isso um fluxo de informações e a minimização de conflitos;
  - elaborar e implementar um Programa de comunicação social voltado para os trabalhadores da obra;
  - elaborar e implementar um sistema de comunicação com as comunidades envolvidas e interessadas no Empreendimento, visando informar resultados, obter sugestões, formular ações e solucionar as questões pertinentes, objetivando com isso garantir a responsabilidade social do Empreendimento;
  - apoiar o MDR e as suas Contratadas visando à promoção e divulgação de informações sobre o Empreendimento, a nível nacional, visando atingir a maioria dos segmentos da Sociedade Civil através do uso dos meios de comunicação de grande cobertura, a exemplo de jornais e revistas de grande circulação, emissoras de TV, páginas eletrônicas na Internet, dentre outros;
  - apoiar o MDR em suas respostas aos questionamentos da Sociedade Civil e órgãos governamentais, incluindo-se ONGs e outras partes interessadas nas obras e nos Planos e Programas Ambientais do Empreendimento.

#### 4.2.2. **PBA 02 – Plano Ambiental de Construção – PAC**

A Contratada deverá acompanhar a implantação das rotinas e procedimentos, que permitirão o acompanhamento e a emissão dos respectivos relatórios, das ações previstas na execução do Plano Ambiental de Construção – PAC, que deverão ser executadas pelas empresas construtoras, contratadas pelo Ministério do Desenvolvimento Nacional, responsáveis pela execução das obras.

Portanto, deverá garantir o cumprimento de todas as diretrizes estabelecidas, conforme normas e procedimentos previstos no Plano, no que diz respeito às questões ambientais e à saúde e segurança dos trabalhadores nas obras, através do acompanhamento das seguintes ações:

- implementação de 100% dos Programas e Planos de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção

(PCMAT), Planos de Gerenciamento de Risco (PGR) e de Ações de Emergência (PAE);

- implantação e manutenção de 100% da infraestrutura de serviços de apoio às obras e aos trabalhadores durante a fase de implantação do PISF;
- Implantação e manutenção de 100% da infraestrutura de serviços de apoio às obras na Central de Concreto, Usina de Solo-Cimento e Britador, de forma que seja garantida a saúde e segurança dos colaboradores, bem como a preservação ambiental;
- adoção de 100% dos procedimentos de segurança relacionados às atividades de perfuração, colocação de explosivos e detonação obedecendo aos dispositivos legais e normas técnicas vigentes;
- implantação, manutenção e conservação da sinalização envolvendo advertências, orientações, e demais aspectos relacionados ao ordenamento operacional em 100% das frentes e canteiros de obras, conforme plano de sinalização apresentado pelas empresas construtoras, proporcionando maior segurança durante o tráfego de veículos de máquinas;
- implementação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e de Monitoramento de Efluentes (PME) em 100% dos lotes de obra do PISF;
- atendimento de 100% dos aspectos relativos às licenças, autorizações, outorgas e cadastros das instalações e atividades junto aos órgãos competentes, bem como aos demais aspectos legais correlatos;
- atendimento de 100% das recomendações de ações corretivas em virtude das não conformidades ambientais;
- contratação de pelo menos 40% da mão de obra local, considerando a disponibilidade de pessoal devidamente qualificado para execução das atividades de obras do PISF.

#### 4.2.3. **PBA 03 – Programa de Comunicação Social**

A Contratada deverá elaborar o planejamento e executar atividades e ações com objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com o público-alvo, um canal de comunicação contínuo entre o Empreendedor e a sociedade, especialmente a população diretamente afetada pelo empreendimento, de forma a motivar a sua participação nas diferentes fases de implantação da obra.

A estrutura básica do Programa de Comunicação Social deverá contemplar as seguintes atividades:

- implantação de Centro de Referência em Comunicação Social;
- definição dos conteúdos, para elaboração da matéria de divulgação da atividade;
- complementação dos dados, disponibilizados no PBA, para a realização dos contatos junto ao público-alvo;
- seleção dos jornais a serem utilizados para a veiculação de informações;
- detalhamento das estratégias e cronograma de execução
- contatos institucionais para o agendamento das palestras a serem realizadas;
- indicação dos materiais a serem produzidos;
- instalação da Central de Atendimento ao Público;
- detalhamento das Campanhas de divulgação;
- realização de palestras e reuniões com representantes das instituições de interesse e comunidade tais como: Prefeitura municipal; associações de moradores, escolas entidades vinculadas à defesa do meio ambiente, entre outras;
- realização de palestras destinadas ao público externo devem ser realizadas nas áreas de influência, abordando todos os temas para os quais é prevista a utilização deste meio de comunicação.

#### 4.2.4. **PBA 04 – Programa de Educação Ambiental**

A Contratada deverá executar as seguintes ações:

- desenvolver o mapeamento territorial de situações socioambientais face às múltiplas intervenções planejadas e/ ou realizadas considerando três Programas Ambientais em suas interfaces com as ações de educação ambiental;
- desenvolver ações de Educação Ambiental em Comunidades dirigidas aos representantes das localidades apontadas;
- desenvolver ações dirigidas aos Agentes Comunitários de Saúde e Coordenadores da Atenção Básica, visando subsidiar sua atuação em questões relacionadas à saúde coletiva para mitigação, prevenção e controle das situações ambientais potencialmente causadoras de agravos à saúde relacionados ao Empreendimento;
- realizar o mapeamento técnico em 10% das localidades/comunidades impactadas pelo Ramal do Apodi até dois anos a partir da aprovação dessa reestruturação.
- realizar o mapeamento técnico em 10% das localidades/comunidades impactadas pelo Ramal do Apodi até dois anos a partir da aprovação dessa reestruturação.
- capacitar 49% dos Agentes Comunitários de Saúde e/ou Coordenadores da Atenção Básica nos primeiros dois anos a partir do início da execução das obras;
- envolver 100% dos técnicos e trabalhadores diretamente envolvidos na implantação do Empreendimento nas ações educativas.

#### 4.2.5. **PBA 05 – Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Socioambientais, Saúde e Segurança**

A Contratada deverá acompanhar as ações, que deverão ser executadas pela empresa construtora contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para a implantação das obras, detalhadas no Programa de Treinamento e Capacitação dos Técnicos da Obra em Questões Ambientais do PBA, as quais são citadas a seguir:

- elaboração do “Código de Conduta dos Trabalhadores”;
- desenvolvimento de ferramentas de comunicação para treinamento dos trabalhadores e de visitantes e terceiros;
- treinamento dos trabalhadores das obras nos assuntos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente;
- difusão das informações essenciais para os cuidados com a saúde e segurança dos trabalhadores e de visitantes e terceiros;
- divulgação das diretrizes do código de conduta, destacando aquelas voltadas para os cuidados e respeito com as populações afetadas diretamente pelas obras.

#### 4.2.6. **PBA 06 – Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos**

A Contratada deverá acompanhar a execução das ações detalhadas no Programa de Prospecção, Identificação, Monitoramento, e Salvamento de Bens Arqueológicos e de Educação Patrimonial:

- análise e interpretação do material bibliográfico e documental levantado;
- prospecção arqueológica na área do Empreendimento para a identificação de sítios, tendo como apoio informações orais e documentais;
- prospecção sistemática por sondagens e/ou tradagens com uma média de 200m de intervalo, cabendo uma variação neste espaçamento linear a partir de critérios observados no campo;
- levantamento oportunístico em locais de boa visibilidade (áreas de terreno exposto por arado, erosão ou animais) ou pela indicação das informações orais, com ênfase na faixa de 200m;
- realização de sondagens extras para avaliação das condições do sítio e sua caracterização;
- realizar os procedimentos de salvamento ou a solução consensual de evitar a ação impactante para que o sítio mantenha sua integridade nas condições



encontradas;

- registro fotográfico das áreas de interesse e dos procedimentos de campo e laboratório;
- montagem de um índice geral com a ficha de cada sítio encontrado contendo as informações básicas a seu respeito, conforme modelo do IPHAN “ficha de registro de sítio arqueológico” publicado no D.O. 228 de 27/11/1998;
- divulgação junto à comunidade dos dados obtidos através de contatos institucionais e envio de relatório final dos resultados.

#### 4.2.7. **PBA 07 – Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias**

A Contratada deverá acompanhar as ações detalhadas no Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias, abrangendo as seguintes atividades:

- detalhamento do cadastramento dos imóveis;
- elaboração de pastas cadastrais;
- realização de campanha de esclarecimento às populações atingidas.
- processo de indenização das propriedades, necessário a liberação das frentes de serviços, por meio dos seguintes indicadores do atendimento do Programa:
  - percentual de processos ajuizados em relação ao total de processos a ajuizar;
  - percentual de imissões na posse obtidas em relação ao número de processos ajuizados;
  - percentual de alvarás de indenização liberados em relação ao total de processos ajuizados;
  - percentual de expropriados indenizados.

#### 4.2.8. **PBA 08 – Programa de Reassentamento**

A Contratada deverá executar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa de Reassentamento:

- cadastro, mapeamento e quantificação da população afetada;
- elaboração do Plano de Reassentamento;
- validação e formalização do compromisso individual da família com a modalidade de reassentamento definida e com o local de transferência escolhido;
- transferência das famílias para Reassentamentos Rurais Coletivos;
- atividades que visem a Reinserção Socioeconômica das Famílias;
- reassentamento em áreas remanescentes de famílias em situação de risco social;
- monitoramento e Avaliação do Programa;
- assessoramento ao MDR na definição do arranjo final das VPR para elaboração do projeto executivo das Vilas Produtivas Rurais (VPR).

#### 4.2.9. **PBA 09 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD**

A Contratada deverá executar as seguintes ações:

- mapear, em base cartográfica compatível, 100% das áreas degradadas, com atualização das intervenções de recuperações a cada 06 (seis) meses após o início das obras;
- elaborar cronograma de implantação dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas

A Contratada deverá acompanhar as seguintes ações:

- elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas de acordo com o Termo de Referência anexo da Instrução Normativa IBAMA Nº 004/2011, do Trecho IV – Ramal do Apodi;

- restabelecimento, ao mais próximo possível de sua condição natural, das características e funções ambientais das áreas degradadas pelas obras que não abriguem estruturas definitivas;
- utilização do germoplasma resgatado na recuperação das áreas degradadas.

#### 4.2.10. **PBA 10 – Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios**

A Contratada deverá executar as seguintes atividades:

- elaborar os Estudos e Notas Técnicas necessárias à obtenção de ASV;
- executar o levamento de Áreas para Compensação e Reposição Florestal;
- elaborar relatórios e mapas de avanço de supressão;

A Contratada deverá acompanhar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios do PBA:

- atividades de supressão da vegetação;
- impedir o acúmulo de material orgânico nos reservatórios por meio da retirada da vegetação das áreas inundáveis, remoção de benfeitorias e desinfecção de fontes de contaminação;
- evitar o processo de eutrofização das águas nos reservatórios;
- eliminar possíveis focos de contaminação por organismos patogênicos nos recursos hídricos superficiais e nos aquíferos antes do início do enchimento dos reservatórios;
- disponibilizar os resíduos orgânicos para aproveitamento na implantação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- executar os procedimentos necessários para reposição florestal das áreas suprimidas na faixa de obras do PISF, por meio das ações do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em atendimento ao estabelecido pelo Decreto no 5.975/06 e Instrução Normativa MMA nº 6/06;
- compensar, por meio das ações do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e do Programa de Conservação de Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais, as Áreas de Preservação Permanente – APP objeto de supressão deste Programa, em atendimento ao previsto pela Resolução CONAMA nº 369/06 e propiciar o atendimento às legislações vigentes no que se refere aos aspectos relativos à Autorização de Supressão de Vegetação – ASV;
- acompanhar as medições e a destinação de material lenhoso.

#### 4.2.11. **PBA 11 – Programa de Apoio Técnico as Prefeituras**

A Contratada deverá elaborar os Planos Diretores Municipais para os municípios interceptados pela faixa de obra, de acordo metodologia indicada no programa.

#### 4.2.12. **PBA 12 – Programa de Situação dos Processos Minerários**

A Contratada deverá elaborar o levantamento de todos os requerentes de processos de atividades legais de lavra e/ou de pesquisa mineral na Área Diretamente Afetada do empreendimento, através da execução das seguintes atividades:

- consulta os overlays atualizados, obtidos na ANM, que contêm dados atualizados sobre os processos minerários, protocolados nesse órgão, por meio do Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE;
- consulta as cartas de áreas oneradas por processos minerários, referentes às folhas topográficas correspondentes à Área de Influência Direta do Empreendimento;

- consulta as Listagens do Cadastro Mineiro – sistema que reúne informações sobre os Processos de Mineração, contendo os dados essenciais referentes aos processos minerários com áreas posicionadas ao longo da área do Empreendimento;
- análise das informações contidas nos processos minerários;
- realização de vistorias de campo, em áreas pré-selecionadas.

A Contratada deverá acompanhar seguintes ações;

- cadastramento, no DNPM, da área com Decreto de Utilidade Pública ao longo do Empreendimento em até 60 (sessenta) dias a partir da data de protocolização do Informe de Área Prioritária do DNPM;
- estabelecimento de acordos, após posicionamento do DNPM, com os detentores do direito minerário e desapropriação das áreas interferentes dos processos minerários com Lavra em atividade, em fase de Concessão de Lavra, Licenciamento Autorizado ou Guia de Utilização (Alvará de Pesquisa), e dos processos sem atividade de lavra em fase de Requerimento de Lavra e Relatório Final de Pesquisa apresentado (Autorização de Pesquisa), até a obtenção da Licença de Operação;
- estabelecimento de eventuais acordos com os demais detentores do direito minerário após obtenção da Licença de Instalação (LI) do Empreendimento.

#### 4.2.13. **PBA 13 – Programa de Compensação Ambiental**

A Contratada deverá acompanhar e supervisionar, periodicamente, as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa de Compensação Ambiental:

- aplicação de recursos financeiros nas unidades de conservação;
- aplicação dos recursos na realização de estudos necessários à criação de unidades de conservação na área de influência do Trecho IV – Ramal do Apodi.

#### 4.2.14. **PBA 14 – Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios (PACUERA)**

A Contratada deverá executar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa do PBA:

- obter o levantamento de informações que subsidiem o zoneamento das bacias de contribuição dos reservatórios;
- mapear as faixas de proteção e locação das diferentes fisionomias vegetais a serem reconstituídas em escala a ser definida;
- identificar, quantificar e localizar áreas prioritárias para revegetação, enriquecimento e contenção de processos erosivos;
- identificar as formas atuais e potenciais de uso dos recursos naturais, com vistas à definição de alternativas de uso sustentável nas bacias, que possam ser adotadas pelos ocupantes das terras em torno dos reservatórios;
- avaliar os usos potenciais das águas dos reservatórios, conciliados com o uso prioritário de abastecimento das cidades;
- elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de cada reservatório, contemplando o diagnóstico e zoneamento socioambiental;
- elaborar programas específicos para controle de erosão e recuperação da vegetação natural nas APP dos reservatórios entre outros programas específicos cuja necessidade poderá ser identificada a partir do diagnóstico;
- prestar apoio técnico e logístico para a realização das consultas públicas;
- realizar registros audiovisuais e sistematizar as informações oriundas das consultas públicas;

- revisar os planos em virtude das alterações demandadas pelas consultas públicas e pelo órgão licenciador.
- assessorar o MDR na realização de articulações e reuniões com os atores envolvidos.

#### 4.2.15. **PBA 15 – Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais**

A Contratada deverá executar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa do PBA:

- realização de levantamentos da população beneficiada;
- assessoramento ao MDR na análise dos Projetos dos sistemas de abastecimento;
- assessoramento ao MDR na análise dos Modelos de Gestão e Operação dos sistemas de abastecimento;
- assessoramento ao MDR na articulação e formalização de acordos com instituições parceiras visando a elaboração de projeto e implantação dos sistemas de abastecimento;

A Contratada deverá acompanhar a execução das seguintes ações:

- elaboração dos projetos dos sistemas de abastecimento;
- implantação dos sistemas de abastecimento de água.

#### 4.2.16. **PBA 16 – Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação do Longo dos Canais para Comunidades Agrícolas**

A Contratada deverá executar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa do PBA:

- realização de levantamentos pedológicos preliminares das áreas indicadas pelo MDR;
- identificação e delimitação das áreas aptas à implantação dos sistemas de irrigação;
- elaboração do layout do setor irrigado e elaboração do projeto de parcelamento dos lotes a serem irrigados;
- realização de levantamentos de informações junto aos futuros irrigantes e elaboração de plano de cultura levando em consideração os aspectos climáticos e de mercado da região, bem como os aspectos socioeconômicos dos futuros irrigantes.
- assessoramento ao MDR na articulação e formalização de acordos com instituições parceiras visando a elaboração de projeto e implantação dos sistemas de irrigação;
- assessoramento ao MDR na análise dos Projetos dos sistemas de irrigação;
- elaboração do Plano de Assistência Técnica para as comunidades beneficiadas;
- assessoramento ao MDR na articulação e formalização de acordos com instituições parceiras visando a execução da Assistência Técnica nas comunidades beneficiadas;

A Contratada deverá acompanhar a execução das seguintes ações:

- realização de estudos básicos e elaboração dos Projetos dos sistemas de irrigação;
- implantação dos sistemas de irrigação nas comunidades beneficiadas;
- realização de ações de assistência técnica nas comunidades beneficiadas.

#### 4.2.17. **PBA 17 – Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos**

A Contratada, visando garantir a manutenção das condições adequadas de estabilização dos solos, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa, deverá acompanhar as seguintes ações:

- instalação de dispositivos de controle dos processos erosivos nas áreas sujeitas à erosão, durante a fase de implantação das obras;
- monitoramento a eficácia de todos os procedimentos utilizados para evitar a instalação de processos erosivos e das medidas preventivas e corretivas implantadas.

#### 4.2.18. **PBA 18 – Programa de Monitoramento de Fontes Hídricas Subterrâneas**

A Contratada deverá executar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa do PBA:

- cadastramento os pontos de captação de água subterrânea da área de abrangência do programa, antes do início da operação do projeto;
- estabelecimento da rede de monitoramento na área de abrangência do Programa;
- monitoramento semestral quali-quantitativo dos poços destinados a consumo humano situados na área de abrangência;
- sistematização das informações.

#### 4.2.19. **PBA 19 – Programa de Regularização Fundiária nas Áreas da Faixa de Domínio do Ramal do Apodi – Trecho IV do PISF**

A Contratada deverá acompanhar as ações para a entrega de títulos de domínio aos pequenos proprietários residentes na faixa de domínio, que, por ocasião da execução do Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias, não disponha do registro regular da sua propriedade.

#### 4.2.20. **PBA 20 – Programa Monitoramento de Hospedeiros e Doenças**

A Contratada deverá executar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças do PBA:

- levantamento e complementação das informações existentes sobre as espécies potencialmente hospedeiras e vetores de doenças que se desenvolvem em meio aquoso na região da Área Diretamente Afetada;
- identificação, nas áreas de intervenção do Empreendimento, quando das diferentes fases de implementação e operação, eventuais modificações na composição de vetores ou hospedeiros;
- qualificação e quantificação das alterações na densidade e ocorrência de populações das espécies potencialmente vetoras e hospedeiras de doenças;
- identificação e caracterização das áreas de ocorrência da entomofauna vetora e malacofauna hospedeira de doenças, a serem atingidas pelo empreendimento;
- acompanhamento do processo para possibilitar a estruturação, para a fase de operação, do monitoramento das espécies potencialmente vetoras e hospedeiras de doenças;
- fornecimento de subsídios para implementar ações, em interação com o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e em conjunto com os órgãos afins, de proteção, controle e recuperação do meio ambiente quando ocorrerem riscos de proliferação de vetores e hospedeiros de doenças, decorrentes da implantação e operação do Empreendimento;
- acompanhamento do processo para possibilitar o estabelecimento de uma interação deste Programa com a população, através do Programa de Comunicação Social e Educação ambiental, visando ao fortalecimento da participação popular

na promoção da saúde e na qualidade de vida nas áreas atingidas por possíveis proliferações de vetores e hospedeiros;

- manutenção de banco de dados atualizado com informações aos gestores de saúde sobre a ocorrência de espécies e os casos notificados, além de informações sistematizadas sobre o comportamento dos vetores da família culicidae e hospedeiros de doenças na região do Projeto.

#### 4.2.21. **PBA 21 – Programa de Saúde Pública**

A Contratada deverá acompanhar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa de Controle da Saúde Pública do PBA:

- ações relativas à atividades de informação e educação em saúde;
- instalação e manutenção adequada de estruturas físicas e atividades de lazer em 100% dos alojamentos de trabalhadores;
- informação popular referente à alterações no tráfego;
- realização, acompanhamento e supervisão de exames admissionais em 100% dos trabalhadores das obras, incluindo, quando for o caso, exames específicos de interesse do setor saúde;
- vacinação de 100% dos trabalhadores das obras;
- encaminhamento de 100% dos casos clínicos identificados entre os trabalhadores das obras para tratamento;
- notificação à autoridade competente estadual de 100% dos casos clínicos previstos como sendo de notificação compulsória.
- realização semestral de campanhas de monitoramento dos vetores e hospedeiras de doenças em articulação com os estados.
- monitoramento bimestral dos indicadores epidemiológicos de morbimortalidade, utilizando-se para isso os sistemas de informação disponíveis no SUS.

#### 4.2.22. **PBA 22 – Programa de Relocação das Infraestruturas a Serem Afetadas pela implantação do Empreendimento**

A Contratada deverá acompanhar as ações de reloção e/ou recomposição de 100% das interferências identificadas e interceptadas na faixa de obras.

#### 4.2.23. **PBA 23 – Programa de Conservação da Fauna e da Flora**

A Contratada deverá acompanhar as seguintes ações conforme detalhado no Programa de Conservação da Fauna e da Flora do PBA:

- contribuição para a manutenção da fauna e da flora do Semiárido do Nordeste Setentrional, na região a ser afetada pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco;
- geração de informações sobre os ecossistemas terrestres e aquáticos, característicos do Semiárido do Nordeste Setentrional, pertencentes à área de influência do Empreendimento, principalmente naquelas áreas classificadas como ainda em bom estado de conservação e contribuir para a formação de um banco genético das populações das espécies da fauna e a flora do bioma Caatinga;
- geração de propostas de interligação entre ecossistemas cortados pelos canais, minimizando os efeitos de fragmentação de habitats que serão intensificados pela instalação do Projeto;
- identificação do papel de grupos-chave da fauna na recomposição dos ambientes perturbados;
- obtenção de informações, pelo monitoramento dos diferentes grupos da fauna e flora, que dimensionem e acompanhem os efeitos dos impactos gerados pelo Empreendimento em suas diversas fases, e permitam a implantação de ações adequadas de gestão ambiental;

- identificação das espécies endêmicas, ameaçadas de extinção, raras, vulneráveis e não descritas na Área de Influência do Projeto;
- integração das informações de diferentes Subprogramas armazenadas em um banco de dados relacional, por meio de Sistema de Informações Geográficas (SIG);
- divulgação das informações geradas pelo Programa em questão, de forma sintética e acessível ao público.

#### 4.2.24. **PBA 24 – Programa de Prevenção à Desertificação**

A Contratada deverá acompanhar a execução das seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa do PBA:

- implantação de, no mínimo, uma Unidade Demonstrativa nas Vilas Produtivas Rurais abrangidas pelo PBA 08, com o objetivo de apresentar técnicas sustentáveis e contribuir na recomposição florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (ARLs);
- realização da capacitação que aborde conservação do solo, a convivência com o semiárido e o uso sustentável da caatinga para os reassentados nas Vilas Produtivas Rurais e que tenham capacidade de multiplicação;
- identificação e mapeamento das áreas susceptíveis à desertificação, no âmbito das Vilas Produtivas Rurais.

#### 4.2.25. **PBA 25 – Programa de Monitoramento do Sistema Adutor e da Bacia Receptora**

A Contratada deverá acompanhar as seguintes ações, de acordo com as diretrizes e detalhamentos apresentados no Programa do PBA:

- instalar os equipamentos das estações de monitoramento do Sistema de Obras de Adução;
- instalar os equipamentos de monitoramento da Bacia Receptora na fase de implantação em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e os órgãos de recursos hídricos estaduais;
- implantar rede para a transmissão de informações do Sistema de Obras de Adução;
- implantar um Centro de Controle e Operação.

#### 4.3. **Produtos a Serem Entregues**

Os produtos a serem elaborados pela Contratada deverão ser apresentados sob a forma de Relatórios de Acompanhamento, em função das atividades desenvolvidas no período, separadamente por Programa Ambiental, enviados para aprovação do MDR.

Serão exigidos, nos relatórios, a apresentação dos serviços executados e a serem executados em toda extensão da obra, separadamente para cada Programa Ambiental

Tais relatórios deverão conter informações criteriosas ao dar uma posição real do andamento dos serviços até o momento da entrega e devem alertar para os problemas executivos e interferências que estejam ou possam vir a impedir o andamento normal das atividades. Deverão ser relatados todos os problemas ocorridos, sejam eles resultantes de falhas executivas, de projeto, de qualidade, de não conformidade, de interferência e de controle que por algum motivo tenham provocado atrasos nas execuções ou qualidade das atividades.

Levando-se em consideração as observações acima, deverão ser apresentados os relatórios de acompanhamento abaixo relacionados, para cada Programa Ambiental:

- R0 – Relatório de Avaliação e Plano de Trabalho para Execução das Atividades
- RM – Relatório Mensal
- RS – Relatório Semestral
- RF – Relatório Final

- RP – Relatório de Produto Específico
- RE – Relatório Especial.

O Relatório R0 será emitido ao final do 1º mês após a assinatura do Contrato.

Os Relatórios Mensais – RM serão emitidos todos os meses de Contrato a partir do primeiro mês de Contrato.

Os Relatórios Semestrais – RS serão emitidos semestralmente, a partir do sexto mês e até o penúltimo mês.

Os Relatórios Especiais – RE serão emitidos a partir de demandas específicas não previstas nesse instrumento, porém fundamentais ao andamento do processo de licenciamento. A cada demanda do MDR serão orçadas as ações a elas relacionadas para aprovação do MDR gerando Ordens de Início específicas a partir das quais serão realizados os serviços.

O Relatório Final – RF será emitido no último mês do contrato.

Os demais Produtos serão entregues conforme cronograma de entrega de produtos, a ser apresentado pela Contratada.

A Contratada como parte dos seus serviços, elaborará relatórios especiais, caso seja solicitado pelo MDR.

Ao final dos trabalhos, a Contratada elaborará o relatório final RF, contendo todas as informações julgadas importantes para a fase de operação e manutenção do sistema de adução, atendendo as exigências do MDR, o qual analisará e aprovará o mesmo.

#### 4.3.1. **ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS**

A seguir, apresentamos as orientações básicas para conteúdo dos Relatórios.

##### 4.3.1.1. **R0 – Relatório de Avaliação e Plano de Trabalho para Execução das Atividades**

A Contratada deverá coletar, compilar e consolidar todos os documentos, estudos, licenças, mapas, plantas, cronogramas existentes referentes às obras e ao processo de Licenciamento Ambiental do Empreendimento, visando tomar ciência da real situação.

Após este levantamento, a Contratada deverá analisar e relatar todas as condicionantes que estão em atendimento e as que deverão ser atendidas e elaborar Plano de Trabalho para a execução dos serviços.

As condicionantes supracitadas englobam todos os tipos de licença vigente referente ao Ramal do Apodi.

O Plano de Trabalho deverá contemplar o detalhamento da execução das atividades previstas neste Termo de Referência, incluindo um cronograma de entrega de produtos, conforme explicitado no item 4.4 deste Termo de Referência.

##### 4.3.1.2. **RM – Relatório Mensal**

Os RM deverão conter a apresentação das atividades desenvolvidas no período.

Deverão ser relacionados e apresentados todos os serviços e atividades realizadas dentro do período de apuração.

Deverão ser apontados os eventuais entraves, as soluções tomadas, e os que se encontram pendentes de solução.

O RM deverá conter as atividades de rotina na execução/acompanhamento de todos os Programas Ambientais e apresentar a previsão de atividades ambientais que demandem acompanhamento em sua execução.

##### 4.3.1.3. **RS – Relatório Semestral**

Este Relatório, a ser encaminhado ao Órgão Licenciador, deverá conter acompanhamento da efetividade das ações executadas e atendimento dos objetivos, metas e indicadores na gestão



ambiental do Projeto dentro do período de apuração.

#### 4.3.1.4. **RF – Relatório Final**

Relatório consolidado a ser apresentado ao término do contrato, resumindo e analisando os principais resultados obtidos.

O Relatório Final deverá ser elaborado nos padrões exigidos pelo MDR e deverá compor todas as informações referentes ao período de execução do Contrato.

#### 4.3.1.5. **RP – Relatórios Produtos Específicos**

Os Relatórios de Produtos constituem o marco de entrega de produtos previstos nos Programas Ambientais a serem executados pela Contratada.

Deverão apresentar as atividades realizadas, dificuldades e soluções encontradas para sua adequada execução.

O Quadro a seguir apresenta os Produtos que devem ser elaborados conforme detalhamentos constantes no PBA.

PBA 01 – Plano de Gestão. Controle Ambiental e Social das Obras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detalhamento da Estrutura Organizacional, Manual de Procedimentos e Modelos de Relatórios</li> <li>• Divulgação do Empreendimento</li> </ul>
PBA 02 – Plano Ambiental de Construção (PAC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Metodologia e Cronogramas para Execução dos Programas e Planos Presentes no PAC</li> </ul>
PBA 03 – Programa de Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detalhamento das Estratégias e Cronogramas</li> <li>• Plano de Comunicação</li> <li>• Vídeo (abordando a importância do Empreendimento, Localização, etc.)</li> <li>• Outros Materiais Informativos: Folhetos, Boletins Informativos, Cartilhas, Cartazes, Press-Release, Spots de Rádio</li> <li>• Eventos de Divulgação do Projeto em Cidades Abrangidas e Também em Locais de Grande Circulação</li> </ul>
PBA 04 – Programa de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Metodologia para Execução das Atividades do Programa</li> <li>• Relatório de Execução dos Módulos de Capacitação dos Docentes</li> <li>• Materiais Educativos e Informativos (Cartilhas, Folhetos, Cartazes, Álbuns Seriados, Jogos Educativos, etc.)</li> <li>• Diagnóstico Rápido Participativo</li> <li>• Oficinas de Educação Ambiental nas Instituições de Ensino Contempladas</li> <li>• Relatório Execução dos Módulos de Formação de Agentes Socioambientais</li> </ul>
PBA 05 – Programa de Treinamento e	

Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Código de Conduta dos Trabalhadores”</li> <li>• Plano de Treinamento dos Trabalhadores</li> <li>• Metodologia pra Divulgação das Diretrizes e Informações Essenciais</li> </ul>
PBA 06 – Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Salvamento ou Solução Consensual de Evitar a Ação Impactante para Que o Sítio Mantenha sua Integridade nas Condições Encontradas</li> <li>• Relatório com Registros Fotográficos das Áreas de Interesse</li> <li>• Divulgação Comunitária dos Dados Obtidos.</li> </ul>
PBA 07 – Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório Mensal de Acompanhamento do Processo de Indenização das Propriedades com a Indicação da Liberação das Frentes de Serviços</li> </ul>
PBA 08 – Programa de Reassentamento de Populações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos de Reassentamento (Elaboração, Validação e Implantação)</li> <li>• Plano de Transferência das Famílias</li> <li>• Plano de Reinserção Social e Econômica</li> </ul>
PBA 09 – Programa De Recuperação De Áreas Degradadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de Avaliação das Áreas a serem Recuperadas</li> </ul>
PBA 10 – Programa de Supressão da Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de Acompanhamento das Áreas Suprimidas</li> <li>• Plano de Compensação e Reposição Florestal</li> </ul>
PBA11 – Programa de Apoio Técnico as Prefeituras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos Diretores Municipais</li> </ul>
PBA12 – Programa de Acompanhamento da Situação dos Processos Minerários	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detalhamento das Áreas Cadastradas no DNPM</li> <li>• Apresentação e Acompanhamento dos Acordos Realizados com os Detentores do Direito Minerário e das Desapropriações das Áreas Interferentes</li> </ul>
PBA 13 – Programa de Compensação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório Periódico da Aplicação de Recursos Financeiros nas Unidades de Conservação</li> </ul>
PBA 14 – Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Cada Reservatório</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programas Específicos de Controle de Erosão, Recuperação da Vegetação (outros cuja necessidade for identificada nas fases de diagnóstico, consulta pública ou análise do Órgão Licenciador)</li> </ul>
PBA 15 – Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório do Levantamento das Comunidades a Serem Beneficiadas</li> <li>Relatório de Análise dos Projetos dos Sistemas de Abastecimento</li> <li>Relatório de Acompanhamento da Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento</li> </ul>
PBA 16 – Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios dos Levantamentos Pedológicos</li> <li>Relatório de Identificação e Delimitação das Áreas Aptas à Implantação dos Sistemas de Irrigação</li> <li>Layout dos Setores Irrigados e Projetos de Parcelamento dos Lotes</li> <li>Relatório dos Planos de Cultivo das Áreas Irrigadas</li> <li>Plano de Assistência Técnica para as Comunidades Beneficiadas</li> </ul>
PBA 17 – Programa De Monitoramento De Processos Erosivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios de acompanhamento do Programa</li> </ul>
PBA 18 – Programa de Monitoramento de Fontes Hídricas Subterrâneas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório Semestral de Monitoramento da Rede na Área de Abrangência</li> <li>Sistematização das Informações do Banco de Dados do Programa</li> </ul>
PBA 19 – Programa de Regularização Fundiária nas Áreas do Entorno dos Canais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório de Acompanhamento das Atividades para Entrega dos Títulos de Domínio aos Proprietários Residentes na Faixa de Domínio</li> </ul>
PBA 20 – Programa Monitoramento de Hospedeiros e Doenças	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório da Compilação e Análise de Informações</li> <li>Relatório Semestral das Campanhas</li> </ul>
PBA 21 – Programa de Saúde Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>Material Informativo</li> <li>Relatório Bimestral com Indicadores Epidemiológicos</li> </ul>
PBA 22 – Programa de Relocação das Infraestruturas A Serem Afetadas pela	

implantação do Empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório de Relocação e/ou Recomposição das Interferências</li> </ul>
PBA 23 – Programa de Conservação da Fauna e da Flora	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios de Acompanhamento do Programa</li> </ul>
PBA 24 – Programa de Prevenção a Desertificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório de Acompanhamento das Atividades</li> </ul>
PBA 25 – Programa de Monitoramento do Sistema Adutor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios de acompanhamento do Programa</li> </ul>

#### 4.3.1.6. **RE – Relatório Especial**

O Relatório Especial será elaborado quando solicitado pelo MDR para assuntos específicos que não estiverem inseridos nos demais relatórios.

#### 4.3.2. **PERÍODO DE REVISÃO E APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS**

##### 4.3.2.1. **Período de Revisão dos Relatórios**

O período a ser adotado pela Contratada para revisar, quantificar e compor os Relatórios Mensais deverá estar compreendido entre o dia 25 do mês anterior até o dia 25 do mês da medição em apuração.

#### 4.3.3. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

##### 4.3.3.1. **Ordens de Serviço**

A efetiva mobilização da equipe e dos recursos necessários para a realização dos serviços será feita através da emissão de Autorização de Início dos Serviços.

##### 4.3.3.2. **Critérios de Medição**

As medições dos serviços dar-se-ão sob o regime de execução de Empreitada por Preço Unitário. Para efeito de pagamento, as medições serão procedidas independentemente de solicitação da Contratada e realizar-se-ão conforme segue:

- a primeira medição, conforme o estabelecido na Autorização de Início dos Serviços;
- as medições subsequentes serão mensais;
- a medição final será elaborada no prazo de até 30 (trinta) dias após o término dos serviços.

O valor das medições será obtido mediante a aplicação dos preços unitários constantes da Planilha de Preços da Proposta da Licitante e parte integrante do Contrato, às quantidades de serviços efetivamente executados, observado o que segue:

##### a. **Mão de Obra**

Toda a mão de obra será medida e paga por preços unitários de acordo com as equipes constantes das planilhas de orçamento e efetivamente mobilizadas, aprovadas pela Fiscalização do Contratante.

A estimativa de equipes e profissionais consta do cronograma de permanência, devendo a mobilização ser realizada por meio de Ordens de Serviço Parciais emitidas pela Fiscalização.

##### b. **Custos Diretos**

Os diversos itens previstos como custos diretos a serem utilizados nos serviços e integrantes do objeto contratual (imóveis, equipamentos de informática, veículos, etc.) serão pagos conforme valores constantes das planilhas contratuais e a partir de medição devidamente aprovada pela Fiscalização, devendo a Contratada apresentar, previamente, as apropriações registradas nos Relatórios Mensais.

A Contratada será responsável pela logística de aquisição dos materiais consumíveis que deverá ser compatível com os planos de manutenção e operação desenvolvidos por ela, não implicando, portanto, em obrigação do Contratante por pagamento de material adquirido e não aplicado. Ressalta-se, no entanto, que todo e qualquer material consumível previsto no contrato deve estar disponível para execução das atividades de manutenção e operação dos sistemas nas quantidades necessárias, de maneira a garantir a disponibilidade, segurança e eficiência dos sistemas.

#### c. Despesas Reembolsáveis

As despesas reembolsáveis, quando ocorrer, serão pagas mediante a apresentação de notas de débito.

Os valores a serem reembolsados não terão acréscimo de tributos, taxas de administração ou qualquer outra taxa.

Para aceitabilidade das despesas apresentadas, os seus custos deverão ser menores ou iguais aos seus correspondentes nos Custos Unitários das Tabelas de Referência do SINAPI ou SICRO. Quando estas Tabelas não forem aplicáveis, serão utilizadas outras Tabelas Referenciais formalmente aprovadas por Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal para setor específico. Se ainda persistir a inviabilidade do uso dessas tabelas referenciais, os custos deverão ser aferidos a partir de pesquisa de mercado, com no mínimo 3 (três) propostas, salvo quando a impossibilidade for devidamente justificada e aceita pela Fiscalização.

#### 4.3.3.3. Condições de Pagamento

O Contratante condicionará os pagamentos à:

- a. entrega dos R0, RM e demais Relatórios, observada cronologia estabelecida no cronograma de execução e especificações contidas no item 4.3.1. deste Termo de Referência;
- b. entrega do Relatório Final, observada cronologia estabelecida no cronograma de execução e especificações contidas no item 4.3.1. deste Termo de Referência.

Os pagamentos das faturas/notas fiscais, devidamente atestadas pela Fiscalização, referentes às medições, serão efetuados em moeda corrente nacional, diretamente à Contratada, observado o dispositivo das alíneas “a” e “b” adiante:

- a. os pagamentos serão feitos pelo Contratante à Contratada através de crédito em conta corrente em seu nome \_\_\_\_\_ (banco, conta);
- b. os pagamentos referem-se ao principal somado a eventuais reajustes apurados, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato, descontados os impostos devidos na fonte e os valores decorrentes da Cláusula Décima do Contrato.

Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada:

- a. atendido ao disposto nos itens anteriores, o MDR considerará como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994;
- b. por ocasião da apresentação ao Contratante da Nota Fiscal, Fatura, Recibo ou Documento de Cobrança Equivalente, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos (CND) relativa ao INSS e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)

- (a não apresentação dessas comprovações assegura ao Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes);
- se os serviços tiverem sido parcialmente subcontratados nos termos da Cláusula Décima Quinta do Contrato, a Contratada deverá anexar as mesmas certidões referidas na alínea “b”, perante o INSS e o FGTS, pela Subcontratada;
  - os pagamentos serão efetuados pelo Departamento Financeiro da Secretaria Executiva do Contratante;
  - o Contratante poderá glosar, de faturas emitidas pela Contratada, valores apontados como indevidos pelo Contratante ou por seu Preposto para a administração do Contrato.

Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no item anterior, caso em que o contratante pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$ , onde:

**AM** = Atualização Monetária;

**P** = Valor da Parcela a ser paga;

**I** = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1 / 100)^{d \times 1/30} \times (1 + im_2 / 100)^{d \times 1/30} \times \dots \times (1 + im_n / 100)^{d \times 1/30} - 1$ ,  
onde:

**i** = variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

**d** = número de dias em atraso no mês “m”;

**m** = meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- não sendo conhecido o índice para o período a ser apurado, utilizar-se-á para cálculo o último índice conhecido;
- quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso, não cabendo qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice;
- nos cálculos para apuração da correção monetária devida deverá ser utilizada aproximação de 5 (cinco) casas decimais.

O pagamento da primeira medição após a definição do Reajuste de Preços, conforme o que dispõe a Cláusula Sexta do Contrato, poderá, provisoriamente, ser efetuado com base nos preços originais do Contrato, caso não haja tempo hábil para operacionalização do Reajuste:

- as diferenças decorrentes da não aplicação do Reajuste em tempo hábil serão compensadas através de faturamento complementar (em caso de apuração de acréscimos ou glosas em medições passadas proceder-se-á às devidas compensações quando do pagamento da medição mais recente);
- em se tratando do pagamento referente à Medição Final de serviços, este somente será realizado após Reajuste de Preços;
- o pagamento devido, de acordo com as alíneas (a) e (b) anteriores, será processado em até 30 (trinta) dias da Publicação dos Índices Definitivos, respeitadas as condições estabelecidas no item 5.6 do Contrato e sua alínea “a”.

O Contratante poderá, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima do Contrato descontar dos pagamentos das faturas referentes às medições, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela Contratada em razão deste termo celebrado entre o Contratante e a Contratada.

O Contratante reterá e fará o recolhimento do ISS incidente sobre o valor das faturas emitidas, junto ao(s) município(s).

Ocorrendo Subcontratação, as Subcontratadas deverão estar cientes de que os pagamentos dos serviços executados serão sempre feitos, exclusivamente, à Contratada.

Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela Contratada contra o Contratante, não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. O Contratante não será obrigado a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança através de Bancos.

Poderá o Contratante sustar o pagamento de qualquer fatura, no caso de inadimplência da Contratada para com o Contratante, na execução deste termo.

#### 4.4. **Prazo e Cronograma de Execução**

O prazo previsto para a execução e o acompanhamento das Medidas, Planos e Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental – PBA do Ramal do Apodi – Trecho IV é função do prazo da execução das obras de implantação do Ramal do Apodi, iniciada em junho/2021, devendo portanto a prestação dos serviços ser realizada em 42 (quarenta e oito) meses, contados a partir da emissão da Primeira Ordem de Serviços, sendo a alocação e permanência de pessoal e materiais a serem utilizados conforme o Anexo V do Edital.

A Contratada deverá apresentar cronograma integrante do Plano de Trabalho que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas, bem como da entrega dos produtos demandados.

### 5. **SUBCONTRATAÇÃO**

Poderão ser subcontratadas atividades no limite de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, mediante prévia anuência e aprovação do MDR desde que tais atividades não se constituam no escopo principal do objeto e que não constem das condições de habilitação a serem previstas no Edital, observado o que segue:

- a. em caso de necessidade de Subcontratação, a Contratada deverá solicitar, por escrito autorização expressa do Contratante para subcontratar parte dos serviços objeto deste contrato informando e/ou apresentando:
  - i. nome e endereço da Empresa a ser subcontratada;
  - ii. nome e endereço dos titulares e Prepostos da empresa a ser subcontratada;
  - iii. serviços a serem subcontratados;
  - iv. nome, especialidade e número do registro no CREA, do Responsável Técnico pelos serviços subcontratados;
  - v. local e endereço das instalações a serem utilizadas pela(s) subcontratada(s), bem como data prevista para o início e conclusão dos serviços a serem subcontratados;
  - vi. o Contrato Social da Empresa a ser subcontratada, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório competente, bem como os documentos referentes a regularidade fiscal, de acordo com o Art. 29 da Lei 8666/93 e Certidão Negativa de todos os poderes judiciários (civil, criminal e trabalhista);
- b. a autorização será dada pelo Contratante ou seu Preposto, também por escrito, após o estudo da sua conveniência, através de Carta de Anuência;
- c. a Subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante ou seu Preposto, não exime a Contratada das obrigações decorrentes deste contrato, permanecendo a mesma como única responsável perante o Contratante.

A Subcontratada poderá solicitar, diretamente ao Contratante ou a seu Preposto, a emissão de atestados técnicos relativos à parte dos serviços que lhe foi transferida, de acordo com a Carta de Anuência, indicando quantitativos e valores dos serviços efetivamente executados e devidamente certificados pelo Contratante ou por Preposto por ele designado.

A Contratada somente poderá subcontratar empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

## **6. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Trata-se de serviço não comum de engenharia, a ser contratado mediante Licitação, na modalidade RDC, em sua forma eletrônica, com julgamento técnica e preço em regime de execução de empreitada por preço unitário.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Art 3º do aludido do Decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o MDR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da contratação abrangem as seguintes definições:

- a. a contratação correlaciona-se com a contratação das obras de implantação do Ramal do Apodi e respectiva supervisão/gerenciamento
- b. poderão participar da Licitação empresas do ramo, individualmente ou em Consórcio, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes do Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) por meio do site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico;
- c. as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta Licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- d. para participação no RDC Eletrônico, a Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (§ 2º do Art 21 do Decreto nº 5.450/2005);
- e. a participação na Licitação implica na aceitação plena e irrevogável do Ato Convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto no Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;
- f. poderão participar empresas associadas em Consórcio, devendo apresentar cláusula de responsabilidade solidária no Compromisso de Constituição de Consórcio a ser firmado pelos Licitantes e também no Contrato a ser celebrado pelo Consórcio Vencedor.
- g. o prazo para execução dos serviços foi inicialmente estimado em 48 (quarenta e oito) meses, passando a 42 meses em razão do início das obras.

Os Licitantes deverão declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Os critérios de sustentabilidade e os requisitos para transferência de conhecimento encontram-se estabelecidos no item relativo às obrigações da Contratada. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão do Contrato se desenvolverá segundo o seguinte organograma geral:



- a. compete ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR exercer a Coordenação Geral do Empreendimento com o Apoio Técnico da Gerenciadora para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- b. compete à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica / Departamento de Projetos Estratégicos – SNSH/DPE fiscalizar, coordenar e aprovar os serviços de que trata este Termo de Referência ou por meio de Preposto por ela designado;
- c. compete à Contratada executar os Serviços de Execução e Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental – PBA do Ramal do Apodi – Trecho IV e realizar os fornecimentos, conforme requeridos neste Termo de Referência e seus Anexos.

A efetiva mobilização da equipe e dos recursos necessários para a realização dos serviços será feita através da emissão de Ordens de Serviços.

## 9. OBRIGAÇÕES DO MDR – CONTRATANTE DOS SERVIÇOS

São obrigações da Contratante:

- a. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as Cláusulas Contratuais e os Termos de sua Proposta;
- b. exercer o Acompanhamento e a Fiscalização dos Serviços, por Servidor ou Comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- d. pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- e. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- f. não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Contratada;
  - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
  - considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio Órgão ou Entidade Responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- g. fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
- h. realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- i. cientificar o Órgão de Representação Judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- j. arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções

técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- a. executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua Proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua Proposta;
- b. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- d. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- e. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, entregar ao setor responsável pela Fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
  - Prova de Regularidade Relativa à Seguridade Social;
  - Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - Certidões que Comproven a Regularidade Perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do Domicílio ou Sede do Contratado;
  - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- f. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- g. comunicar ao Gestor e/ou Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- h. assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- i. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do Empreendimento;
- j. paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato;
- l. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- m. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos

- serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- n. submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
  - o. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  - p. manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
  - q. cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
  - r. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
  - s. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua Proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da Licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
  - t. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança da Contratante;
  - u. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
  - v. assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
    - o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
    - os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
  - w. realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, devendo realizar, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da Nova Empresa que continuará a execução dos serviços;
  - x. manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
  - y. apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
  - z. apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
  - aa. observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
  - ab. atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
  - ab. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

- ac. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- ad. manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do Contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- ae. providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);
- af. obter junto aos Órgãos Competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- ag. refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no Instrumento Contratual, neste Termo de Referência e seus Apêndices, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- ah. responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;
- ai. participar, após a assinatura do Contrato, de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os Técnicos Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência, o Gestor do Contrato, o Fiscal Técnico do Contrato, o Fiscal Administrativo do Contrato, se houver, os Técnicos da Área Requisitante, o Preposto da Empresa e os Gerentes das Áreas que executarão os serviços contratados;
- aj. utilizar, preferencialmente, de modo que não acarrete prejuízo à qualidade dos serviços, mão de obra local, conforme previsto no inciso IV do art. 4º do Decreto 7.746 /2012 e § 1º do art. 4º da IN 01/2010/SLTI/MP;
- ak. fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, especialmente neste caso, a utilização de meios digitais para coleta de documentação e produção das peças técnicas a serem elaboradas, evitando-se assim o uso de documentos impressos, conforme inciso VI do art. 4º do Decreto 7.746/2012;
- al. fornecer os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, conforme inciso VI do art. 6º da IN 01/2010/SLTI/MP;
- am. observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010.

## 11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O Acompanhamento e a Fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais Representantes do MDR ou preposto dela, especialmente designados, na forma dos Arts 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

As atividades de Gestão e Fiscalização dos serviços estarão submetidas, no que couber, à Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 (atualizada).

O Representante do MDR deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e seus Apêndices.

O conjunto de atividades de Gestão e Fiscalização compete ao gestor da execução do Contrato, podendo ser auxiliado pela Fiscalização Técnica, Administrativa, Setorial e pelo Público Usuário, de acordo com as seguintes disposições:

- a. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à Fiscalização Técnica, Administrativa, Setorial e pelo Público Usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de Contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, dentre outros;
- b. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela Fiscalização pelo Público Usuário;
- c. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- d. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do Contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo Órgão ou Entidade;
- e. Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela Contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

As atividades de Gestão e Fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por Servidores, Equipe de Fiscalização ou Único Servidor, ou Preposto Designado pelo MDR, desde que no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

A Fiscalização Técnica dos Contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará instrumentos para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas;
- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Fica assegurado aos técnicos do MDR o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela Contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

Caberá à Fiscalização do MDR ainda:

- a. quando for de sua incumbência, esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo Preposto/Representante da Contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete;
- b. checar se a Contratada disponibilizou as instalações, equipamentos, ferramentas, peças de reposição e materiais de consumo e recursos humanos previstos para a execução dos serviços;

- c. informar ao Titular da Unidade Orgânica Demandante sobre o andamento dos serviços, por meio do documento de Gestão e Fiscalização dos serviços;
- d. determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da Contratada, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- e. estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do Contrato e informar ao Titular da Unidade Orgânica Demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas;
- f. acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Titular da Unidade Orgânica Demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela Contratada.
- g. notificar a Contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as Cláusulas Contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação;
- h. manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição;
- i. atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Titular da Unidade Orgânica Demandante, para providências quanto ao pagamento;
- j. receber e encaminhar ao Titular da Unidade Orgânica Demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;
- k. manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Titular da Unidade Orgânica Demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual;
- l. analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela Autoridade Competente;
- m. informar à Unidade de Finanças, mediante documento de Gestão e Fiscalização, quanto ao término da vigência do Contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da Contratada;
- n. receber as etapas dos serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais;
- o. informar ao Titular da Unidade Orgânica Demandante as ocorrências relacionadas à execução do Contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- p. receber, provisória e definitivamente, as aquisições ou serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada Comissão de Recebimento ou Outro Empregado;
- q. acompanhar e cobrar da Contratada a execução das medidas, plano e programas ambientais, quando couber, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais;
- r. realizar vistorias nos serviços e fornecimentos e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- s. acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.

Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao Setor Competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto do Contrato.

Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à Unidade Superior do MDR, responsável pelo acompanhamento do Contrato, em um prazo inicialmente de **10 (dez) dias úteis** para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista no respectivo item.

A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do Contrato, se a Contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço, todo ou em parte, que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à Unidade Gestora do MDR, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais o MDR deverá exigir da Contratada as comprovações requeridas contratualmente, segundo a legislação pertinente, especialmente aquelas relativas aos pagamentos pelos serviços, que deverão acompanhar as faturas.

Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os Fiscais ou Gestores do Contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil – RFB.

Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os Fiscais ou Gestores do Contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

O MDR poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

A Fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à Autoridade Responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração os Valores Contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e seus Apêndices, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

O Representante do MDR deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

Durante a execução do objeto, o Fiscal Técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

O Fiscal Técnico deverá apresentar ao Preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal Técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no Ato Convocatório.

O Fiscal Técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na Legislação Vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito do MDR, conforme disposto nos Arts 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o MDR comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de **15 (quinze) dias**, o MDR poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do Contrato.

O Sindicato Representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo MDR para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o MDR e os empregados da Contratada.

O Contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

As disposições previstas nesta Cláusula de Controle e Fiscalização da Execução não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

A Fiscalização de que trata esta cláusula de Controle e Fiscalização da Execução não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do MDR ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pela sua execução, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão;

O Contratante ou preposto por ele designado reserva-se o direito de fazer exigências à Contratada, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física de seus técnicos e funcionários o exercício de suas atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e das ações que afetam o meio ambiente.

## 12. GARANTIA DA EXECUÇÃO

A Contratada prestará garantia de execução do Contrato, nos moldes do Art 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do Contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.



No prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do MDR, contados da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária.

- a. a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- b. o atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza o MDR a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do Art 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo MDR à Contratada;
- d. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do MDR, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

O MDR executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a garantia:

- a. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do MDR, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- b. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato, caso o MDR não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

O Garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo MDR com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;

A Contratada autoriza o MDR a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Contrato.

### 13. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 12.462/2011, a Contratada que:

- a. não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c. falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo;
- e. cometer fraude fiscal.

Pela não execução total ou parcial do objeto deste Contrato, o MDR pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a. **advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b. **multa de:**
  - 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias** (após o décimo quinto dia e a critério do MDR, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença);
  - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das **Tabelas 1 e 2**, a seguir;
  - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento) (o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o MDR a promover a rescisão do Contrato);
  - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- c. **suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa pela qual a Administração Pública opere e atue concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d. **sanção de impedimento de licitar e contratar com Órgãos e Entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- e. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o MDR pelos prejuízos causados.

As sanções previstas nas alíneas “a” a “e” deste item poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 1 e 2:**

**TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

**TABELA 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, por serviço e por dia	2
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
10	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no Contrato	1

Também fica sujeita às penalidades do Art 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;
- c. demonstre não possuir idoneidade para contratar com o MDR em virtude de atos ilícitos praticados.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da Empresa deverão ser remetidas à Autoridade Competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de Investigação Preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na Unidade Administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As multas devidas e/ou prejuízos causados ao MDR serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da Garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou o MDR poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme Artigo 419 do Código Civil.

Caso o MDR determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 14. **REAJUSTAMENTO**

Aplicar-se-á em periodicidade anual reajuste nos preços, contado a partir da data de referência dos mesmos. O primeiro reajuste será procedido, decorridos doze meses após a data de referência dos preços (data base orçamentária).

O Item referente a Mão de Obra será reajustada pelo índice de reajuste anual de salário estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores e Patronal do Estado da Contratada.

O item Custos Diretos será reajustado pela Coluna 39 da Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Os Valores Contratuais serão reajustados para mais ou para menos em consequência das variações apuradas.

O reajuste de preços será efetuado somente com base em índices definitivos.

O cálculo do reajuste de preços será processado pelo Contratante após solicitação da Contratada que deve apresentar de forma oficial a Convenção Coletiva de Trabalho devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego.

#### 15. **RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços que integram cada Autorização de Serviços somente serão recebidos pelo Contratante após o atendimento de todas as condições estabelecidas no Contrato e Demais Documentos dele integrantes, desde que atingido o fim a que se destinam, com eficácia e qualidade requeridas.

Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização do Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados dos serviços, com a

finalidade de verificar a adequação desses serviços e constatar e relacionar os retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do Contrato.

Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado ao Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

O recebimento definitivo do objeto contratado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/02).

Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas. A ocorrência dessa hipótese, determinará a retomada da contagem do prazo contratual a partir da lavratura do termo mencionado.

Após sanadas as falhas e irregularidades apontadas no Termo de Recusa, a Contratada efetuará, novamente, a comunicação de término dos serviços.

Após o término dos serviços, incluindo os documentos gerados, as informações obtidas e os métodos e processos desenvolvidos no contexto dos serviços serão de propriedade da Contratante e seu uso por terceiros só será possível mediante prévia e expressa autorização da mesma.

A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

Após o Recebimento Definitivo dos Serviços, será lavrado o Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, que permitirá a liberação da caução contratual.

## 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A Habilitação Jurídica, a Regularidade Fiscal e Trabalhista e a Qualificação Econômico-Financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

Quanto à Qualificação Técnica, os Licitantes que estiverem ou não cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar:

- i. inscrição ou registro do Licitante Individual ou das Consorciadas junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia competente da região a que estiver vinculado o Licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, em plena validade;

- ii. comprovação de que o Licitante possui em seu quadro técnico, na data da entrega da Proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica fornecido(s) por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, devidamente certificados pelo CREA ou Órgão de Classe Profissional equivalente, acompanhados das Certidões de Acervo Técnico (CAT), comprovando experiência em Execução ou Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais em empreendimentos de infraestrutura de obras de usinas hidrelétricas ou sistemas de abastecimento de água ou sistemas de esgotamento sanitário ou barragens ou adutoras ou canais de adução.

Observações:

1. Entende-se por Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente certificado pelo Conselho Profissional competente, a apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) e do atestado que a originou.
  2. Deverá ser anexada a Comprovação de Vinculação do Profissional Detentor do Acervo Técnico, podendo ser: Contrato de Prestação de Serviços, ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social do Empregado, ou Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado no órgão competente, ou cópia de Certidão expedida pelo Conselho Profissional competente da sede ou filial do Licitante, onde conste o Registro do Profissional como Responsável Técnico, ou Declaração de Contratação Futura do Profissional Detentor do Atestado apresentado, desde que acompanhada de Declaração de Anuência do Profissional.
  3. Os Licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- iii. Declaração de Visita ao Local das Obras, emitida pelo MDR, em nome do Licitante, de que ela, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, visitou os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento dos aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução mesmos.

Observações:

1. A visita técnica deverá ser realizada até a data de entrega das propostas devendo ser previamente agendada mediante contato com a Comissão de Julgamento da Licitação, o que deverá ser feito através do telefone (61) 2034.4518. A visita deverá ser agendada com antecedência mínima 05 (cinco) dias antes da data da sessão definida no Edital.
2. A Empresa Licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar Declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

## 17. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em Consórcio com empresas nacionais ou estrangeiras, que possuam na data de apresentação de propostas, patrimônio

líquido, comprovado conforme Edital, com valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor de sua Proposta de Preços, após a fase de lances:

- a. a Comprovação de Qualificação Econômico-Financeira do Consórcio ocorrerá por demonstração, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital, com o acréscimo de 30%, na proporção da respectiva participação;
- b. o acréscimo previsto no subitem anterior não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em consonância com o Art. 51, § 6º, do Decreto nº 7.581/2011.

Na participação de pessoas jurídicas organizadas em Consórcio deve ser apresentado, para fins de habilitação, a comprovação de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, subscrito pelos Consorciados e com indicação da Pessoa Jurídica Responsável pelo Consórcio (Empresa Líder), sendo esta, necessariamente, Empresa de Engenharia, atendidas as condições previstas no Art. 51 do Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011 e aquelas estabelecidas neste Edital.

Será limitada em três a participação de Empresas em um mesmo Consórcio.

Os consórcios deverão ser constituídos sob as leis brasileiras.

O Compromisso de Constituição do Consórcio, deverá ser apresentado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a Empresa Líder e estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo Consórcio, com a indicação do percentual de responsabilidade de cada Membro do Consórcio, bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto desta Licitação.

O prazo de duração do Consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

As Empresas Componentes dos consórcios deverão:

- a. atender individualmente aos critérios de qualificação previstos neste Edital relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e aos requisitos contábeis;
- b. satisfazer as exigências de qualificação econômico-financeira;
- c. satisfazer conjuntamente a todos os critérios de qualificação técnica, admitindo-se o somativo de quantitativos de cada consorciado;
- d. comprometer-se a não alterar a constituição ou composição do Consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação expressa pelo MDR;
- e. apresentar compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de Consórcio, em pessoa jurídica distinta, e de que o Consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um Consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma Empresa, ou em mais de um Consórcio.

No Consórcio de Empresas Brasileiras e Estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à Empresa Brasileira, observado o disposto no Inciso II do caput do Art. 51 do Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011.

A Empresa Estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, e 1.050, de 13 de dezembro de 2013, ambas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

A Pessoa Jurídica ou Consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente Licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

Os Consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do Contrato decorrente desta Licitação, o Instrumento de Constituição e o Registro do Consórcio, aprovado por quem tenha poderes em cada uma das Empresas. O Contrato de Consórcio deverá observar, além dos Dispositivos Legais e cláusula de Responsabilidade Solidária, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes deste item de participação sob a forma de Consórcio.

Para a participação em Consórcio, será permitida a utilização de impresso padronizado do Consórcio, criado especialmente para a apresentação das propostas do presente Processo Licitatório, bem como a utilização dos impressos próprios das Empresas Participantes do Consórcio, ou ainda, será permitido fazer usos das duas formas de apresentação de impressos aqui mencionadas.

## 18. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- a. o valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela Administração Pública, com base nos parâmetros previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011;
- b. os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela Administração Pública, observadas as seguintes condições:
  - i. serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia;
  - ii. em situações especiais, devidamente comprovadas pelo Licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela administração pública, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência;
  - iii. não havendo aprovação, pela administração, do relatório técnico circunstanciado de que trata este item, será dada oportunidade ao Licitante para ajustar a sua planilha de preços ao lance vencedor, obedecendo os limites dos custos unitários, antes de eventual desclassificação.
- c. o critério de julgamento da proposta é Técnica e Preço;
- d. as regras de desempate entre propostas são as discriminadas na alínea “e” deste Termo de Referência;
- e. havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
  - i. prestados por empresas brasileiras;
  - ii. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - iii. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

## 19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:



Gestão/Unidade: 530013

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 18.544.2221.5900.0020

Elemento de Despesa: 44.90.51

## 20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇO REFERENCIAL

O valor global de referência para a contratação, para fins de seleção do Licitante, é de **R\$ 57.071.063,86 (cinquenta e sete milhões, setenta e um mil sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)**, com data base de **julho de 2021**.

## 21. PLANILHAS DE PREÇOS DE REFERÊNCIA

O Anexo V do Edital contém as planilhas de preços de referência que serão objeto de medição do contrato.

Para os preços unitários de mão de obra, veículos, escritório, mobiliário, alojamentos e instrumental de topografia foram utilizados os valores referenciais constantes na tabela de preços de consultoria do DNIT com data base de julho de 2021. Para os demais itens, foram utilizadas cotações de preço ou outra tabelas referenciais oficiais.

## 22. PROPRIEDADE E DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS

Os originais de desenhos, diagramas, especificações, folhas de cálculo, cadernetas e relatórios de campo, assim como informações em meio digital, bem como outros documentos de engenharia preparados pela Contratada, para execução dos serviços determinados neste Termo de Referência serão de propriedade do Contratante, devendo a ele ser entregues, à medida que forem sendo elaborados. Fica entendido, todavia, que a Contratada poderá ter em seus arquivos e para sua exclusiva consulta, registro e cópia dos aludidos documentos.

A divulgação ou reprodução desse material, no todo ou em parte é competência exclusiva do Contratante. Unicamente para fins de demonstração da capacidade profissional, o Contratante autorizará sua divulgação restrita pela Contratada.

## 23. APÊNDICES

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

- Licença de Instalação (LI) nº 1392/2021
- PBA 01 – Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras
- PBA 02 – Plano Ambiental de Construção (PAC)
- PBA 03 – Programa de Comunicação Social
- PBA 04 – Programa de Educação Ambiental
- PBA 05 – Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Socioambientais, Saúde e Segurança
- PBA 06 – Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos
- PBA 07 – Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias nas Faixas de Domínio
- PBA 08 – Programa de Reassentamento das Populações;
- PBA 09 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD
- PBA 10 – Programa de Supressão de Vegetação das áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios
- PBA 11 – Programa de Apoio Técnico as Prefeituras
- PBA 12 – Programa de Situação dos Processos Minerários
- PBA 13 – Programa de Compensação Ambiental

- PBA 14 – Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios (PACUERA)
- PBA 15 – Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais
- PBA 16 – Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação do Longo dos Canais para Comunidades Agrícolas
- PBA 17 – Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos
- PBA 18 – Programa de Monitoramento de Fontes Hídricas Subterrâneas
- PBA 19 – Programa de Regularização Fundiária nas Áreas da Faixa de Domínio do Ramal do Apodi – Trecho IV do PISF
- PBA 20 – Programa de Monitoramento de Hospedeiros e Doenças
- PBA 21 – Programa de Saúde Pública
- PBA 22 – Programa de Relocação das Infraestruturas A Serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento
- PBA 23 – Programa de Conservação da Fauna e da Flora
- PBA 24 – Programa de Prevenção a Desertificação
- PBA 25 – Programa de Monitoramento do Sistema Adutor

Brasília, 03 de janeiro de 2022.

*[assinatura eletrônica]*  
**JIMMU DE AZEVEDO IKEDA**  
Coordenador-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Jimmu de Azevedo Ikeda, Coordenador Geral de Estudos e Projetos**, em 03/01/2022, às 15:06, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3541259** e o código CRC **8E2FDA9F**.

Criado por [jimmu.ikeda](#), versão 4 por [jimmu.ikeda](#) em 03/01/2022 14:31:59.